

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOANA DA SILVA SANT'ANA**

**ANÁLISE ECONÔMICA DA ASCENSÃO DA MULHER AO MERCADO DE  
TRABALHO – PERFIL DA MULHER QUE TRABALHA NA INDÚSTRIA DE  
TRANSFORMAÇÃO DE CAXIAS DO SUL ENTRE 2007 E 2017**

**CAXIAS DO SUL**

**2019**

**JOANA DA SILVA SANT'ANA**

**ANÁLISE ECONÔMICA DA ASCENSÃO DA MULHER AO MERCADO DE  
TRABALHO – PERFIL DA MULHER QUE TRABALHA NA INDÚSTRIA DE  
TRANSFORMAÇÃO DE CAXIAS DO SUL ENTRE 2007 E 2017**

Monografia II submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Ma. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**Aprovado em:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Orientadora

---

Prof. Me. Rogério da Silva França Júnior  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

---

Prof. Me. Reinaldo Boeira Duarte  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus pelas oportunidades que me foram dadas até o momento. Agradeço principalmente à minha doce mãe Valdirene e ao meu amado pai Uiliam, por todo cuidado, zelo e incentivo desde sempre para que eu alcançasse meus objetivos.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Lodonha, pela atenção e dedicação nas orientações para que eu desenvolvesse com êxito minhas ideias.

Por fim, agradeço aos meus colegas de curso pelo apoio e pelas experiências trocadas. Desejo sucesso a todos nós!

## RESUMO

As definições atribuídas ao mercado de trabalho, o tornam bastante diversificado, sendo necessário compreender seu surgimento e evolução histórica, para definir a importância estrutural do mesmo. O presente trabalho tem como objetivo principal traçar o perfil da mulher que trabalha na Indústria de Transformação de Caxias do Sul. Este será apresentado em três capítulos além da introdução. O capítulo dois será responsável por definir o conceito e a disposição do mercado de trabalho, evidenciando a relevância deste no panorama econômico do país, através da metodologia teórico histórica. Já o capítulo três abordará a metodologia teórico descritiva, relatando a ascensão feminina a este mercado, cuja teve início no Brasil a partir da década de 70 e trouxe mudanças significativas que configuraram a busca por reconhecimento e justiça social destas. As mulheres, de maneira geral, primordialmente estiveram inseridas em espaços desiguais e de menor valorização. A compreensão dos fatores que desencadearam este cenário e a busca por soluções que levem a mulher a ser aceita e respeitada profissionalmente podem durar por muito tempo. Já no capítulo 4 foram utilizadas duas metodologias, teórico histórica e analítica. A análise foi realizada por meio de dados obtidos através da RAIS. Acompanhando a evolução feminina no setor da Indústria de Transformação em Caxias do Sul nos anos de 2007 a 2017, mediante dados como remuneração, jornada de trabalho e nível de escolaridade, comparando estes indicadores aos indicadores masculinos. Apesar do avanço na busca pela igualdade entre os gêneros, padrões ainda precisam ser quebrados, como o fato destas trabalharem a mesma quantidade de horas, porém serem remuneradas de forma inferior aos homens ou serem representadas em menor quantidade em relação aos níveis de escolaridade elevados.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Mulher. Indústria de Transformação. Caxias do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vínculos formais da Indústria de Transformação por faixa etária e gênero (Caxias do Sul, 2017).....	75
Figura 2 – Vínculos formais da Indústria de Transformação por jornada de trabalho e gênero (Caxias do Sul, 2017).....	77
Figura 3 – Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por faixa de remuneração e gênero (Caxias do Sul, 2017).....	79
Figura 4 – Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por nível de escolaridade e gênero (Caxias do Sul, 2017).....	82

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Classificação da Indústria de Transformação por atividade CNAE 2.0 ..62

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação do Brasil de 2007 a 2017 .....	65
Tabela 2 – Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul de 2007 a 2017 .....	66
Tabela 3 – Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação de Caxias do Sul de 2007 a 2017 .....	67
Tabela 4 – Evolução da participação feminina por setor econômico em Caxias do Sul de 2007 a 2017 .....	69
Tabela 5 – Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por gênero em Caxias do Sul de 2007 a 2017 .....	70
Tabela 6 – Participação feminina na Indústria de Transformação por subsetor de Caxias do Sul de 2007 a 2017 .....	71
Tabela 7 – Participação feminina na Indústria de Transformação em Caxias do Sul por faixa etária.....	74
Tabela 8 – Participação feminina (% de vínculos) por jornada de trabalho por horas semanais na Indústria de Transformação (Caxias do Sul, 2007 a 2017) .....	76
Tabela 9 – Participação feminina (% dos vínculos) por faixa de remuneração na Indústria de Transformação (Caxias do Sul, 2007 a 2017) .....	78
Tabela 10 – Participação feminina na Indústria de Transformação por nível de escolaridade (Caxias do Sul, 2007 a 2017).....	80

## **LISTA DE SIGLAS**

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONCLUA	Comissão Nacional de Classificação
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME	Ministério da Economia
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ma.	mestra
Me.	mestre
P. Fem.	participação feminina
Prof <sup>a</sup> .	professora
Prof.	professor
%	por cento
s.m.	remuneração média
Vínc.	vínculos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES .....	12
<b>1.2.1</b>	<b>Hipótese principal .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Hipóteses secundárias .....</b>	<b>12</b>
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA .....	13
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS .....	13
<b>1.4.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>13</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Objetivos secundários .....</b>	<b>14</b>
1.5	METODOLOGIA.....	14
<b>2</b>	<b>ANÁLISE TEÓRICA SOBRE MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>16</b>
2.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	16
2.2	CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO .....	23
<b>3</b>	<b>INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>30</b>
3.1	HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO .....	30
3.2	HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL .....	34
3.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ADVINDAS DA ASCENSÃO DA MULHER AO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	41
<b>4</b>	<b>PERFIL DA MULHER QUE TRABALHA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE CAXIAS DO SUL.....</b>	<b>47</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL .....	47
4.2	SURGIMENTO E REPRESENTATIVIDADE DO SETOR INDUSTRIAL EM CAXIAS DO SUL.....	53
<b>4.2.1</b>	<b>Características da Indústria de Transformação.....</b>	<b>60</b>
4.3	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM CAXIAS DO SUL.....	65
<b>4.3.1</b>	<b>Perfil da mulher que trabalha na indústria de transformação de Caxias do Sul no período entre 2007 e 2017 .....</b>	<b>68</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>84</b>

REFERÊNCIAS.....	86
------------------	----

## 1 INTRODUÇÃO

A humanidade está em constante mudança e não é possível aceitar que fatos de eminente significância social sejam desconsiderados. O ascendimento e a evolução da mulher em sociedade são dignos de exclusiva importância. As mulheres têm, de forma discreta, há anos tentado mudar sua trajetória na forma de pensar e agir. Essa mudança de atitudes e pensamentos vem causando impacto na formação e estrutura da família e em destaque na sociedade.

O decorrer de décadas a mulher tem ganhado notoriedade através de sua perseverança a fim de galgar seu lugar no mercado de trabalho. Foram diversos os obstáculos enfrentados pelas mulheres em busca de reconhecimento. No entanto, após anos de esforços, estas foram recompensadas, obtendo maior facilidade para sua inserção no mercado e fazendo valer os seus direitos perante sociedade majoritariamente patriarcal.

Diante o exposto, o presente trabalho pretende apresentar a evolução e as definições do mercado de trabalho perante a economia, assim como as características da inserção feminina no mesmo, em âmbito mundial e nacional e quais as contribuições sociais advindas desta inserção no Brasil. Por fim, será apresentada a análise do perfil da mulher que trabalha na indústria de transformação de Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017.

### 1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A inserção da mulher no mercado de trabalho deu-se em consequência a necessidade da mesma auxiliar nos ganhos financeiros da família. Em razão da Revolução Industrial, as indústrias absorveram a mão-de-obra feminina, com o intuito de diminuir os salários e ainda pela facilidade de disciplinar o novo grupo de operárias. Trazendo assim, definitivamente, a mulher para a produção. Outros fatores que ascenderam essa inserção foram as duas grandes guerras mundiais. Os homens iam para a guerra e as mulheres assumiam os negócios da família.

Segundo Baylão e Schettino (2012) as mulheres têm ganhado notoriedade na sociedade desde os anos 2000, e provocado importantes mudanças. Esse cenário demonstra que a ascensão destas passou de oscilação temporária a um processo social constante e pertinente.

Em meio a estes determinantes, o seguinte trabalho pretende responder as subsequentes indagações:

- a) Em que período as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho?
- b) Como deu-se a ascensão da mulher no mercado de trabalho?
- c) Como e quando foi a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil?
- d) Quais foram as contribuições sociais da inserção da mulher no mercado de trabalho?
- e) Qual o perfil econômico das mulheres que trabalham no setor Industrial no Brasil?
- f) Qual o perfil econômico das mulheres que trabalham na Indústria de transformação Caxias do Sul?

## 1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

### 1.2.1 Hipótese principal

A maioria das mulheres que trabalham na Indústria de Transformação de Caxias do Sul são escolarizadas e possuem mão-de-obra qualificada.

### 1.2.2 Hipóteses secundárias

- a) A participação da mulher no mercado de trabalho teve início devido a Revolução Industrial do século XVIII.
- b) A atuação da mulher no mercado de trabalho teve sequência durante as duas grandes guerras mundiais.
- c) Durante a Revolução Industrial as indústrias passaram a contratar a mão-de-obra feminina.
- d) Nas grandes guerras mundiais a inserção das mulheres no mercado de trabalho deu-se a partir do fato que elas assumiam financeiramente as obrigações da família.
- e) No Brasil a mulher nunca esteve fora do mercado de trabalho.
- f) As mulheres sempre auxiliaram o trabalho nas propriedades rurais, porém sem a devida remuneração.
- g) Com sua inserção no mercado, as mulheres passaram a galgar por melhores condições de trabalho.

- h) As mulheres, embora desenvolvendo as mesmas funções, em geral recebem menos que os homens.
- i) As mulheres que trabalham no setor Industrial no Brasil, possuem em sua maioria baixo nível de escolaridade e qualificação.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Desde os primórdios da humanidade a mulher sempre ocupou o papel de subordinada, pois a sociedade compreendia somente seu papel como filha, mãe, esposa e dona de casa. O poder da mulher era visto de forma subsidiária. Porém, marcos históricos trouxeram mudanças a esta visão. Assim, estas foram assumindo papéis que anteriormente eram designados aos homens.

No entanto, ao mesmo que as mulheres foram sendo inseridas no mercado de trabalho, surgiram as discriminações e a exploração, como a jornada de trabalho abusiva e a desigualdade salarial perante aos homens. Com isto foram estimuladas a galgar e após grandes lutas obtiveram seus direitos garantidos por lei. Estas respectivas conquistas, não resultaram apenas em feitos sociais. A ascensão feminina ao trabalho representou significativos ganhos econômicos, principalmente após os avanços tecnológicos e a consolidação do sistema capitalista.

A representatividade econômica feminina acabou por traçar perfis das trabalhadoras de determinados setores. O presente trabalho justifica-se por analisar qual o perfil das mulheres que trabalham na Indústria de Transformação de Caxias do Sul a partir do século XXI, especificamente entre os anos de 2007 e 2017

### 1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

#### 1.4.1 Objetivo geral

Analisar a ascensão da mulher no mercado de trabalho e traçar o perfil da mulher que trabalha na Indústria de transformação de Caxias do Sul a partir do ano de 2007 até 2017.

### 1.4.2 Objetivos secundários

- a) Analisar o papel feminino no mercado de trabalho formal.
- b) Demonstrar a forma que as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho mundial.
- c) Mostrar o período em que ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro.
- d) Determinar quais foram as contribuições sociais advindas da ascensão da mulher ao mercado de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul.
- e) Examinar o perfil das mulheres que trabalham no setor industrial de transformação de Caxias do Sul.

### 1.5 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ocupando sempre um lugar central no interior das teorias e sempre a elas se referem (MINAYO, 2000).

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos (DEMO, 1985).

O segundo capítulo será desenvolvido através da metodologia teórico histórica na qual, será apresentada a evolução histórica do mercado de trabalho, bem como suas características. A pesquisa teórica consiste na discussão e comprovação da teoria, além de possíveis revisões de sua validade e alcance.

O capítulo três será apresentado por meio da pesquisa teórico descritiva, onde será apresentado o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, tal como seu histórico e evolução no Brasil e no mundo e em conjunto, quais foram as contribuições sociais advindas desta inserção no Brasil.

A metodologia de pesquisa denominada descritiva caracteriza-se como estudos que buscam determinar opiniões ou projeções futuras para as respostas obtidas. A valorização desse método baseia-se na ideia de que pode haver uma melhora nas práticas por meio de análise e descrição de observações diretas e objetivas. Para a obtenção de informações as técnicas utilizadas são variadas, como

entrevistas, questionários e observações.

No capítulo quatro será utilizada novamente a metodologia teórico histórica para apresentar o desenvolvimento do município de Caxias do Sul, assim como de seu setor industrial. Por fim, haverá a utilização da pesquisa analítica, em que será analisado através de dados qual é o perfil da mulher que trabalha na indústria de transformação de Caxias do Sul no século XXI, com destaque ao período entre 2007 e 2017. Conforme Thomas e Nelson (1996), o método analítico envolve a avaliação e estudo aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. Pode ser categorizado como histórico, filosófico, revisão e meta-análise.



## 2 ANÁLISE TEÓRICA SOBRE MERCADO DE TRABALHO

A partir da ascensão do sistema capitalista e em decorrência da utilização da mão-de-obra assalariada em demasia, surge o mercado de trabalho como uma das principais bases para o funcionamento da economia.

Conforme Chahad (2011) este pode ser definido de forma abrangente como processo de negociação entre compra e venda de mão-de-obra, onde trabalhadores e empresários instituem, por meio de acordos, marcadores econômicos como, por exemplo, o nível de emprego e salários.

Diante disto, o presente capítulo tem como objetivo estabelecer a análise teórica sobre o mercado de trabalho, dando ênfase a evolução histórica e as principais características do mesmo.

### 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O trabalho é uma das principais maneiras do homem exercer suas atividades sobre o mundo e as pratica de diversas formas, mas certamente realiza isso devido à bagagem que traz de sua ideologia em torno das relações sociais e sua herança cultural.

O trabalho – que é a ação transformadora do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. É nesse sentido que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura (ARANHA, 1996, p. 56).

O trabalho se faz necessário a partir das necessidades humanas e tem sua origem em conjunto ao surgimento da raça humana, quando a busca por alimento se faz indispensável. De acordo com Albornoz (1994, p. 16) “o trabalho nesse primeiro estágio da economia isolada e extrativa é um esforço apenas complementar ao trabalho da natureza”.

De forma genérica o trabalho é definido como gasto de energia ou como ação de transformação da natureza, concepções estas que retiram seu contexto propriamente histórico, ou seja, o termo é naturalizado. Essas concepções compreendem que em sociedades mais complexas, o trabalho transformou-se apenas em algo mais carregado de conteúdo tecnológico. Tratam a história como um adicional de técnica e ciência, porém com menos trabalho e esforço. Assim, os

homens são considerados apenas como consequência de ações que atuam acima deles mesmos, como soma de seus próprios atos.

Albornoz (1994) segue citando que não apenas o trabalho em si demonstra essa forma primitiva de complementaridade quase secundária diante da ação humana, mas também a economia que o rodeia apresenta uma simplicidade da qual é esquecida nas redes de produção moderna. Porém, ainda segundo a autora, ao que tudo indica nestas comunidades isoladas o trabalho serve apenas indiretamente à subsistência. Deste modo, é precária e relativa a afirmação da simplicidade do trabalho tribal.

É perceptível que na sociedade tribal não há uma hierarquia ou divisão de trabalho por classes sociais, mas apenas por idade e sexo. Onde as mulheres são responsáveis pelo cuidado com os filhos e do lar, as crianças pelo plantio e colheita e os homens pela caça e pesca, por exemplo. É importante ressaltar, também, que a ideia de trabalho segregado das demais atividades da tribo não há fundamento para essa sociedade, uma vez que atividades produtivas agem em conjunto com toda sua cultura.

Albornoz (1994) indica que após o estágio das economias isoladas, tem-se o tempo em que os homens inventaram ou descobriram a agricultura. Esta apresenta ainda a suposição de que tenham sido as mulheres quem tenha forçado o desenvolvimento inicial da agricultura, colaborando para a superação do nomadismo dos povos caçadores.

Ao longe de grande parte de sua existência, os homens extraíram da natureza os produtos necessários à sua sobrevivência. A pesca, a caça e a coleta de frutos, raízes e cereais foram as principais atividades humanas até que a agricultura se consolidasse. A agricultura não foi uma transformação brutal, onde o homem de caçador e coletor tornou-se agricultor. Algumas espécies de plantas e animais foram cultivados e criados e logo após foram abandonados. Diversas espécies foram domesticadas por motivos diferentes, para fins e usos diferentes.

De acordo com Pereira (2018) partindo da antiguidade Romana e Grega o homem adaptava a natureza a si e a isso denominamos trabalho. Como naquela época não haviam classes, ele era educado na lida com a terra, principal meio de produção e ao que conhecemos como “comunismo primitivo”, e uma geração ensinava a outra. Deste modo, surge a propriedade privada e as classes sociais. Neste período, o trabalho pesado era destinado às mulheres, servos e escravos.

Os pensadores da Grécia Antiga consideravam trabalhar algo malvisto. Homero, via na ociosidade da antiga nobreza grega um objeto desejável e Aristóteles, colocava o trabalho em oposição à liberdade.

Conforme Albornoz (1994) em conjunto com o trabalho do plantio surgiram ao mesmo tempo a noção de produto excedente e propriedade. Criam-se assim as condições para a existência de uma classe social ociosa.

A relação homem e trabalho passou a ser modificada quando houve a oportunidade de uma classe social sobressair-se sobre outra. Desta maneira, o trabalho passou a ser instrumento para que pessoas enriquecessem através do trabalho alheio, sendo assim nesta época predominavam os deveres do trabalhador.

Albornoz (1994, p. 18) acrescenta ainda que:

A noção de propriedade se presta à polêmica e a distinção de natureza ética. De qualquer modo pode-se compreendê-la se a pensamos ligada ao trabalho, surgindo da experiência do esforço no cultivo da terra. Porém, passou-se muito tempo depois do início da prática do plantio e já se perdeu na memória dos povos o momento da origem do sentimento de posse. A propriedade, tal como se encontra em estágios posteriores da evolução econômica, justamente se destaca, se separa do trabalho, a ponto de estabelecer-se a desapropriação total de quem trabalha pelo suposto direito de propriedade do ocioso.

A noção de emprego não existia na Idade Média. A relação senhor-servo era a relação trabalhista da época. Os servos não podem ser considerados escravos, já que possuem singelamente uma liberdade maior. Os servos podiam sair das terras do senhor e ir para onde quisessem, desde que não houvessem dívidas a serem pagas a esse senhor. O vínculo contratual era estabelecido apenas de forma oral.

Segundo Albornoz (1994) um fato associado com essa evolução da propriedade e de sua separação do trabalho foi a prática da guerra. A autora complementa que o povo que era conquistado na guerra, em sua maioria, permanecia para trabalhar e entregar seus excedentes aos novos senhores. Ou então, os escravos que vieram constituir a base da força de trabalho foram capturados e submetidos sob a categoria mais baixa da hierarquia social do povo conquistador.

A servidão consiste basicamente na relação de sujeição de membros de um grupo social aos de outro, compreendendo obrigações específicas. Correspondia assim, a condição dos camponeses no feudalismo, em suma no âmbito econômico da “senhoria” (direitos feudais sobre a terra). Estes servos eram vinculados a terra e formavam a mais baixa classe social da sociedade feudal. Diferentemente dos

escravos, os servos possuíam direito a remuneração e não podiam ser vendidos.

Conforme tempo e lugar, o país e a época, as terras podem ser trabalhadas por escravos, servos e camponeses; e o excedente pode ser recebido por fidalgos independentes ou por funcionários de uma monarquia ou de uma potência imperialista. Mas as linhas principais das relações econômicas eram semelhantes: o excedente era consumido em parte para manter um aparato militar e em parte para sustentar o padrão de vida da classe ociosa. Do trabalho sobre a terra se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal; ao mesmo tempo, se intensifica o comércio, uma vez que há excedentes tanto na agricultura como na criação de animais. E da primitiva troca em espécies passa-se ao comércio mediado pela moeda (ALBORNOZ, 1994, p. 19).

Albornoz cita que na Antiguidade haviam povos marcadamente dedicados ao comércio, como os fenícios. A autora acrescenta que:

Por toda a Idade Média, que do ponto de vista político pode-se dizer que apresenta retrocessos históricos, a economia avança. O comércio e as manufaturas proporcionam uma fonte de riqueza que não depende mais diretamente da propriedade da terra, embora dependa indiretamente do gasto do excedente agrícola (ALBORNOZ, 1994, p. 20).

Uma série de inovações técnicas no cultivo agrícola neste período permitiu o aumento da produtividade do solo, isto resultou no aumento da produção agrícola, que possibilitou o uso do excedente comercial e incentivou o fortalecimento do comércio.

Para Franco Junior (2006, p. 32) “as atividades comerciais também foram impulsionadas pelo crescimento da produção artesanal, como consequência do aumento populacional e do número de pessoas que abandonaram o trabalho agrícola para se dedicar a ofícios artesanais”.

A diminuição da influência dos senhores feudais deu-se com o agravamento da estagnação do mercado agrícola feudal, assim a burguesia expandiria sua força econômica ao obter as terras que os senhores não conseguiam mais manter. Deste modo, o eixo financeiro da Europa acabaria sendo alterado do campo para as cidades, cujas cresceriam de maneira substancial, em conjunto com o comércio dentro das muralhas.

Conforme Albornoz (1994) foi desta maneira que em centros disseminados pelo mundo desenvolveu-se a burguesia: uma comunidade de habitantes de cidades que lucrava com a renda das atividades comerciais e desfrutava de um grau de independência maior ou menor dos poderes feudais e dos senhores da terra e da corte dos reis. Destes comerciantes, os mais bem-sucedidos empregavam

trabalhadores-artesãos, carregadores, marinheiros, artistas, criados domésticos e aos poucos se estabelece uma hierarquia baseada no dinheiro e um mercado onde os produtos agrícolas podem ser vendidos por dinheiro.

Era obrigatório seguir padrões sociais para fazer parte das corporações de ofício, dentre eles, a religião. Existiam os aprendizes, cujos queriam aprender funções relacionadas ao artesanato e os chamados jornaleiros, que eram os trabalhadores destas corporações. Anteriormente à burguesia as cidades não ultrapassavam os limites da muralha e o número de habitantes girava em torno de 20 mil. Porém, as cidades expandiram-se e juntamente a este fato as feiras tornaram-se grandes centros comerciais, criando assim uma expansiva malha econômica que deu segurança para os comerciantes iniciarem práticas bancárias.

Todavia, as cidades transformaram-se em centros de troca e de comércio. As atividades comandadas pela burguesia, como manufaturas e indústrias, recebiam cada vez mais especialização, diversidade e refinamento, além de exibirem seu protagonismo na macroeconomia.

De acordo com Albornoz (1994, p. 21) “nos mesmos centros urbanos em que crescera a burguesia e enquanto se acumulam riquezas e a circulação se intensifica, criam-se novas condições para o cultivo das artes assim como das ciências”. Dentre as características da era moderna que a diferem do passado está a aplicação da ciência à produção.

O processo de evolução dos meios de produção pode ser explicado através do fato do desenvolvimento das forças produtivas conduzirem, de certa forma, a uma relação contraditória com os vínculos sociais de produção, de maneira que umas sejam obstáculos no desenvolvimento das outras. Estes são eventos que não ocorrem de forma isolada, são elementos constituintes do processo produtivo e há a consideração de que sejam como uma mudança estrutural na economia.

O período de formação de um novo modo de produção integra uma fase de excepcional importância e bastante agitada na formação de determinadas sociedades. Nota-se que os modos de produção existentes são afrontados cada vez mais pelas dificuldades em garantir a estrutura econômica na qual se baseiam. Ocorre assim o surgimento de realidades diferentes e com novas formas de apropriação dos meios de produção, mudança na estrutura das classes e grupos sociais e alteração dos modelos redistributivos ou de relações de trabalho.

No momento em que o novo modo de produção assume um dever influente

em certa sociedade, segue em conjunto com o declínio dos existentes, ainda que estes continuem fazendo parte de espaços econômicos nos quais ainda não se manifestaram condições sociais e econômicas cujas promoveram a mudança. As propriedades e traços dos modos de produção surgem de maneira diferente nas diversas regiões. O modo de produção dominante apropria-se da determinação dos processos e das instituições fundamentais.

Para Pereira (2018, p. 1) “falamos aqui do deslocamento do eixo de produção da agricultura para o campo, o capitalismo ou o modo de produção moderno”. O mesmo cita que a época moderna é baseada no comércio e na indústria. A partir disto tem-se a mecanização das formas de agricultura e a estratificação e hereditariedade, nobreza e a servidão passavam de pai para filho.

Depois de alguns séculos em que a colonização dos novos mundos descobertos carreara para a Europa riquezas consideráveis, e com a aplicação da ciência à produção, a expansão capitalista o que se chamou de Revolução Industrial. Desde o início da era moderna podem-se reconhecer três estágios de desenvolvimento da tecnologia: O primeiro, da invenção da máquina a vapor, é a revolução tecnológica do século XVIII. O segundo estágio do desenvolvimento da tecnologia moderna, no século XIX, se caracteriza pelo uso da eletricidade, que ainda continua a determinar a fase atual do reino do artifício humano. A automação representa o estágio mais recente da evolução tecnológica (ALBORNOZ, 1994, p. 22).

A automação industrial é definida como a aplicação de equipamentos específicos em processos produtivos. Seus principais objetivos são executar projetos que tenham a capacidade de elevar a autonomia dos processos de fabricação e diminuir de maneira significativa o esforço humano na cadeia de valor. Segundo Albornoz (1994, p. 31) “o advento da automação coloca a possibilidade de uma humanidade liberta do fardo do trabalho, talvez dentro de algumas décadas as fábricas pudessem estar vazias”.

O sistema fabril tinha em sua concepção que o trabalho produtivo tinha como objetivo ocasionar uma riqueza que não deveria apropriar-se ao trabalhador. Embora o trabalhador seja livre e de a máquina ter sido difundida como a que livraria o homem do esforço físico, as máquinas contaram tanto para o aumento da produtividade, como para estabelecer a disciplina do trabalho e do tempo.

O trabalho surge da necessidade do homem em satisfazer suas necessidades e continuar sobrevivendo. Para Oliveira (1995) trabalho é uma atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir a riqueza. O trabalho é a essência do homem, assim o que difere o homem dos

animais é a sua consciência para este. No trabalho existe a liberdade de criação e de tempo, sendo que o mesmo pode ser de ordem intelectual ou corporal.

Para Pereira (2018) assim, pode-se dizer que é a partir desta perspectiva são estabelecidas as relações sociais e na medida em que são satisfeitas suas necessidades são refeitas novas relações e assim sucessivamente. O autor segue citando que baseada nas várias concepções de trabalho, o homem esta cada vez mais dependente dele e principalmente em virtude das várias transformações ocorridas nas sociedades.

De acordo com Oliveira (1995, p. 6) “o trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção”.

Desta maneira, é constatada novamente a notável influência histórica, cultural, social e econômica que paira sobre os significados e sentidos do trabalho.

Segundo Marx (1983, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

A concepção de Marx em relação ao trabalho, é que este pertence de forma exclusiva ao homem, tendo em conta seu caráter de intencionalidade. Em uma ampla visão, para Offe (1989), todas as sociedades são coagidas a entrar em um metabolismo com a natureza através do trabalho, organizando e estabilizando este metabolismo de forma tal que o produto de seu trabalho garanta a sobrevivência física de seus membros.

Oliveira (2003) entende que a história do trabalho se inicia quando o homem busca os meios de satisfazer suas necessidades de produção da vida material. E essa busca se reproduz de forma histórica, para que haja a garantia de sua sobrevivência. Quando a satisfação é atingida, as necessidades estendem-se a outros homens, auxiliando para o surgimento das relações sociais que definem as condições históricas do trabalho.

Segundo Pereira (2018) os modos de produção dominam os modos naturais e são estes que vão determinar a execução e organização do trabalho. Para Oliveira

toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo.

O trabalho não é algo característico da espécie humana, não faz parte da essência do homem. É caracterizado como uma atividade que o homem impôs a sua própria espécie, sendo assim o resultado de um processo cultural.

Para Pereira (2018, p. 4) “o processo histórico significa a forma pela qual o homem produz sua riqueza e que com os processos sociais, a exemplo do escravismo, feudalismo e capitalismo estabelecem direcionamento para o futuro dos processos de trabalho e organização humana”. Vale salientar que o trabalho conforme conhece-se nunca esteve tão orientado para o resultado como nos últimos tempos e o lucro que se obtém através dele e da força de trabalho.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da dessociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfeticização das formas de representação hoje dominantes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea (ANTUNES, 2002, p. 37).

O conceito de trabalho é histórico. Assim, ao decorrer da história novas determinações vão sendo atribuídas ao mesmo. O método que os homens utilizam para organizar-se em relação a divisão do trabalho, para produzir difere de época para época. O modo geral como se articulam, como os conteúdos específicos dos diferentes trabalhos irão modificar-se e exigir novas nomenclaturas. Referir-se ao trabalho como trabalho assalariado, acrescenta-lhe um qualitativo, é dizer o principal do trabalho num determinado tempo e lugar. São nas sociedades mercantis desenvolvidas que transformam-se os produtos do trabalho em mercadorias, mas não apenas isto, mas transforma-se o próprio trabalho.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO

O homem constrói sua essência pelo trabalho e assim edifica e evolui. Para uma melhor compreensão do mercado de trabalho e suas funcionalidades no sistema econômico, há a necessidade de definir o significado de trabalho e mercado de trabalho. Segundo Albornoz (1994) na linguagem cotidiana, a palavra trabalho pode ter muitos significados. Embora seja compreendida, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo difere.



Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas (ALBORNOZ, 1994, p. 8).

O trabalho representa atividades que o indivíduo executa e que exigem o mesmo esforço mental e físico, sendo ele remunerado ou não. Quando exercido, o trabalho gera a troca, cuja pode ser um salário ou não, podendo haver recompensa ou não. Qualquer esforço realizado por um indivíduo pode ser considerado trabalho, mesmo que não haja benefício ou ainda resulte em prejuízo, sendo assim caracterizado como trabalho mal remunerado ou escravo. Para Adam Smith o trabalho é o fator de produção mais importante.

Em português, apesar de haver labor e trabalho, é possível achar na mesma palavra trabalho ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. No dicionário aparece em primeiro lugar o significado de aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; exercício dessa atividade como ocupação permanente, ofício, profissão (ALBORNOZ, 1994, p. 9).

O trabalho humano é apontado como uma atividade complexa e que apresenta várias significações, exigindo assim diferentes olhares para seu entendimento. Coutinho (2009), por exemplo, afirma que quando falamos de trabalho nos referimos a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral.

Porém de acordo com Albornoz (1994) trabalho possui outros significados mais específicos, como por exemplo, o esforço aplicado à produção de utilidades ou obras de arte. Ou até mesmo, dissertação ou discurso. Trabalho também significa dificuldade e incômodo, além de atividade e exercício.

Assim, mesmo que não se produza nada imediatamente visível com o esforço do estudo, o trabalho de ordem intelectual corresponde àquela definição tanto quanto o trabalho corporal, embora seja este que leve a um resultado exteriormente perceptível, um produto concreto ou uma mudança de estado ou situação (ALBORNOZ, 1994, p. 11).

A palavra trabalho é entendida como atividade profissional, que pode ser remunerada ou não, criativa ou produtiva, realizada com determinado objetivo. Ainda

que as definições encontradas nos dicionários permitam a compreensão da ideia de que o trabalho seja fruto de acontecimentos históricos, atrelados de forma essencial ao discurso ideológico de suas épocas. Para ilustrar esse caráter ideológico Bock (2006, p. 20) comenta que

[...] se abrissemos, por exemplo, um dicionário da Grécia antiga, possivelmente achar-se-ia o trabalho como atividade exclusivamente física, que se reduzia ao esforço que deviam fazer as pessoas para assegurar seu sustento, satisfazer suas necessidades vitais que não era valorizada socialmente.

Já no período medieval, por exemplo, a relação entre trabalho e subsistência era íntima e direta. Deste modo, Marx definiu a força de trabalho como o bem inalienável do ser humano. A partir desta visão, o trabalho é percebido como o bem mais importante do homem e transferir o direito de proveito dos frutos desse trabalho para outra pessoa, seria o mesmo que alienar o direito à própria vida.

Para Albornoz (1994) todo trabalho supõe tendência para um fim e esforço. Para alguns trabalhos, este esforço será predominantemente físico; para outros, predominantemente intelectual. De todas as maneiras, os estudiosos supõem que a história da palavra trabalho se refere a passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio.

O trabalho é condição essencial à vida humana, produção e reprodução social, assim comprovando sua centralidade social. Desta forma, o trabalho estabelece a inter-relação entre a sociedade e a natureza em suas diversas formas, o que contribui para a transformação do ser biológico em ser social. Portanto, de acordo com Gonçalves (2006, p. 45) o trabalho pode ser compreendido “como atividade fundamental do ser humano, cuja ação se encontra em todo o tempo e todo o lugar, e é o centro e o fundamento do vínculo social”.

O trabalho exprime a condição humana de seres racionais, que possuem capacidade de planejar suas ações e modificar o meio em que vivem. A diferença entre os homens e os animais dá-se a partir do momento em que os homens começam a produzir para viver de forma consciente, planejando suas ações. Portanto, o trabalho expressa a condição racional do homem, sua condição de ser social e sua humanidade, além de ser indispensável para a manutenção da vida humana.

Podemos definir o trabalho, seja remunerado ou não, como a execução de tarefas que exijam esforço mental e físico, que tem como objetivo a

produção de bens e serviços para atender às necessidades humanas. Uma ocupação, ou um emprego é o trabalho feito em troca de um salário ou um pagamento regular. Em todas as culturas, o trabalho é a base da economia. O sistema econômico consiste em instituições que propiciam a produção e distribuição de bens e serviços (GIDDENS, 2012, p. 306).

São variadas as possíveis formas de trabalho, porém há a necessidade de definir um conceito que englobe todas estas situações e sociedades de forma abrangente.

O conceito fundamental é o de trabalho: significa a ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, 22 ainda, como aprendiz ou estagiário. Para os indivíduos que trabalham investiga-se a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas, etc (IBGE, 2017, s/p.).

O trabalho é fator fundamental para a existência do mercado de trabalho, nota-se que pode ser representado de muitas maneiras e nos mais variados contextos econômicos e históricos.

O mercado de trabalho proporciona relações de troca entre os agentes que o compõem. De um lado os demandantes de mão-de-obra, que são empresas e instituições, tanto públicas como privadas e do outro lado, a oferta de mão-de-obra. Ambas as partes possuem como objetivo maximizar e otimizar seus recursos. Assim, o trabalhador buscará um salário melhor e o empresário a fim de maximizar seus lucros, tenderá a pagar menos pela mão-de-obra.

Conforme Chahad (2011, p. 443):

Com o surgimento do sistema capitalista de produção e conseqüente utilização do trabalho assalariado em grande escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia. De uma forma bastante ampla, ele pode ser entendido como a compra e venda de serviços de mão-de-obra, representando o lócus onde trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociações coletivas que ocorre algumas vezes com interferência do Estado, determinam conjuntamente os níveis de salários, o nível de emprego e os demais aspectos relativos às relações entre capital e o trabalho.

A estrutura do mercado de trabalho pode variar e possui agentes diferentes. De acordo com Chahad denomina-se mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de trabalho, ao mesmo tempo em que são objeto de legislação específica que as

regula. Neste percebe-se que os trabalhadores buscam garantias e estabilidades para aprimorar suas habilidades profissionais e poder exercer suas atividades.

Em contrapartida, existe o chamado mercado informal de trabalho, em que prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental, sendo assim, não existe uma legislação específica que o regulamente, os trabalhadores não desfrutam de alguns benefícios que são próprios dos trabalhadores formais. Mesmo que a dimensão do mercado informal possa ser relativamente grande, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal, notadamente em um país em desenvolvimento como o Brasil. Além disso, a própria dimensão e o funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista de produção, no qual desponta o papel do mercado formal de trabalho.

A estrutura formal do mercado, cuja é realmente levada em consideração no desenvolvimento econômico, é que fornece as informações para o surgimento das teorias.

Chahad (2011) indica ainda que a importância do mercado de trabalho pode ser observada de diversas óticas dentro da teoria econômica, na qual do ponto de vista microeconômico, este mercado constitui-se num caso particular da teoria dos preços, sendo imprescindível na determinação dos níveis de salários e emprego.

Já da perspectiva macroeconômica, ele contribui para a compreensão da determinação do nível de demanda agregada, do produto e do emprego, em que tem papel fundamental ao lado dos mercados de bem e serviços, monetário e, também, de títulos. Outra ótica a ser observada diz respeito a sua importância socioeconômica em que se formam inúmeras variáveis de profunda repercussão sobre o cotidiano dos trabalhadores, tais como salários (reais e nominais), desemprego, rotatividade, produtividade, além de determinadas condições de trabalho e de subsistência dos indivíduos.

Por fim Chahad (2011, p. 443) aponta que:

Convém salientar que a compreensão de aspectos pertinentes ao mercado de trabalho é importante no Brasil à medida que se relaciona com outros aspectos relevantes, como crescimento populacional, necessidade de absorção de mão-de-obra, migrações e pobreza. Além disso, a experiência tem mostrado que, da ótica puramente econômica, grande parte do ajuste da economia tem, historicamente, recaído, no caso brasileiro, sobre o mercado de trabalho, com os trabalhadores penalizados na forma de quedas de salário real, elevação do desemprego, aumento da rotatividade de mão-de-obra, elevação da miséria e deterioração das condições de

trabalho.

O Brasil é um país incapaz de suprir as demandas da população por emprego, por isso, inúmeras pessoas que são desprovidas de quaisquer formações profissionais e vítimas do desemprego recorrem ao subemprego. Este tem servido como válvula de escape para as pessoas com baixa instrução, já que muitas vezes ao terem o vínculo formal de trabalho com as empresas encerrado, não encontram outra forma de manter sua subsistência. Vale ressaltar também que a remuneração obtida pela pessoa subocupada é na maioria das vezes inferior em relação ao trabalhador formal, levando em conta a mesma quantidade de horas trabalhadas.

Embora o Brasil seja um país emergente, Oliveira (1998) alude que não há questionamento de o porquê no país a imensa maioria da população recebe salários baixíssimos. Não se faz referência ao imenso contingente de trabalhadores que vegeta no subemprego, no setor informal, em situação de marginalidade e sem acesso aos direitos trabalhistas.

Oliveira (1998, p. 114) cita que:

O mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social. O desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial. Naquela estrutura do Brasil colônia o trabalho era visto como uma forma de redução do status, principalmente, o trabalho físico, o que não se alterou mesmo com a introdução do trabalho assalariado.

Por conta de seu histórico, o trabalho pode ser considerado também como estimulador de desigualdades. O mercado passou por diversas transformações, porém algumas delas apenas auxiliam a perceber que esse cenário foi modificado apenas em partes.

Para Silva (2014, p. 1) “o mercado de trabalho passou por evoluções, principalmente no que diz a entrada das tecnologias, extinguindo algumas profissões, causando o desemprego estrutural”. O mesmo indica que de outra forma há criações de novas profissões, que necessitam dessas tecnologias, onde há relações diretas com os meios tecnológicos, por exemplo, o profissional de Tecnologia da Informação (TI), que tem crescido muito nos últimos tempos. O aumento do uso de máquinas principalmente nas indústrias gera uma diminuição da população que trabalha no setor secundário, porém há um aumento do setor terciário.

Silva (2014, p. 1) acrescenta, também, que “essa tecnologia nos setores trabalhistas aumentam a necessidade de maiores especializações de ensino, maior qualificação das forças de trabalho, onde vão exercer maiores e mais complexas funções”.

Por conseguinte, observa-se através da contextualização do mercado de trabalho e da exposição de suas principais significações que houve ao longo do período abordado, transformações importantes no mesmo. No próximo capítulo busca-se enfatizar o papel da mulher no mercado formal de trabalho.

### 3 INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Desde o primórdio das civilizações, o trabalho se fez presente, pois foi através dele que o homem encontrou condições para manter sua subsistência. Ao decorrer do tempo este passou por inúmeras transformações, das quais a que merece destaque é a ascensão das mulheres. A inserção da mão-de-obra feminina no mercado formal de trabalho ganhou notoriedade a partir do século XX. As mulheres estão lutando em busca de reconhecimento, mesmo diante de um cenário adverso e com desigualdades históricas no âmbito do mercado de trabalho.

Através do exposto, este capítulo tem por objetivo apresentar o histórico e a evolução da ascensão da mulher no mercado de trabalho no mundo e no Brasil, assim como as contribuições sociais advindas deste feito em âmbito nacional.

#### 3.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO

A ascensão da mulher ao mercado de trabalho tem ganhado notoriedade mundial nas últimas décadas, a partir do século XX, porém esse destacamento surgiu a partir do esforço e luta destas para obter o devido reconhecimento. De acordo à Stelamaris Ost (2009) no princípio da humanidade, com o início das relações familiares entre homens e mulheres, as mesmas nasciam e eram educadas com o objetivo de satisfazer os homens, cuidarem da casa, dos filhos e da alimentação. Devendo ser mais educadas do que instruídas, gerando a imagem ideal da mulher como esposa e mãe.

A ideologia feudal inculcou durante séculos a ideia de que a mulher, criatura débil e incapaz, deve viver sob a proteção do homem. Não sendo está mais do que uma força de produção importante, e o macho todo poderoso dispunha dela como de um bom instrumento para todos os trabalhos. Como gente reles, a mulher servia, às mil maravilhas, para o trabalho de produção que as classes dirigentes, preguiçosas, desprezavam. Para as manter nesta condição, todo um sistema de princípios morais lhes pregavam a submissão total e, sob inspiração do confucionismo, foram instaurados um Código moral e uma legislação de grande rigor para a mulher (TU, 1982, p. 87).

Apesar de serem taxadas pela sociedade e reconhecidas apenas por seu desempenho em atividades domésticas, as mulheres demonstram participação no trabalho desde a antiguidade, mesmo que apenas nas propriedades familiares.

Conforme Barros (1995), na antiguidade, principalmente no Egito antigo, a tecelagem era uma atividade exclusivamente feminina, cabendo-lhes tosquiarem as

ovelhas e tecer a lã. Há também registros de trabalho feminino na ceifa do trigo, no preparo da farinha e na massa do pão, enquanto os homens o assavam. Na Grécia Antiga e em Roma a situação das mulheres era semelhante, mas no cenário entre gauleses e germânicos a situação da mulher aproximava-se mais da do homem, chegando a participar de guerras e da construção de residências, sendo que a agricultura era de sua exclusiva responsabilidade.

O autor segue citando que na Idade Média a agricultura continuava sendo a principal atividade das mulheres, ao lado dos trabalhos de ourivesaria, tapeçaria e fabricação de roupa. Entre os séculos X ao XIV as profissões comuns aos dois sexos se avolumam, havendo mulheres escritãs, médicas e professoras. Já no Renascimento as mulheres vão perdendo várias atividades que lhes pertenciam e se confinam entre as paredes domésticas.

A trajetória feminina foi demarcada também por marcos históricos, Priore e Bassnezi (1997) indicam que a participação da mulher no mercado de trabalho teve seu marco com as I e II Guerras Mundiais, respectivamente de 1914-1918 e de 1939-1945, quando os homens foram para frente de batalha e as mulheres passaram a assumir os negócios da família. Quando ambas guerras acabaram, trouxeram consigo a perda de muitos dos homens nos campos de batalha e o regresso de muitos dos demais, mutilados ou impossibilitados de exercer o trabalho como anteriormente. Foi justamente nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos maridos.

Os autores seguem citando no século XIX, com os avanços tecnológicos e a consolidação do capitalismo, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas, onde permaneceram por um longo período de tempo. Devido a essa fixação de mão-de-obra fabril algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Na Constituição de 34 foi determinado que a mulher não deveria trabalhar das 22 às 5 horas da manhã, que sem distinção de sexo, o trabalho de igual valor deveria receber o mesmo salário, proibiu-se o trabalho da mulher grávida quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois e a dispensa da mesma pelo simples fato da gravidez.

Gomes (2005) relata que as oportunidades para a inserção da mulher em atividades profissionais mais variadas reuniram-se somente a partir da segunda metade do século XX.



Segundo Hoffmann e Leone (2004), foi na década de 70 intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia brasileira, num acelerado processo de industrialização e urbanização, sendo que as trabalhadoras eram em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Os autores aludem ainda que a participação feminina no mercado de trabalho teve continuidade na década de 80, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Ainda nesta década, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado.

A década de 90 trouxe consigo a continuidade da crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho. Hoffmann e Leone (2004) prosseguem mencionando que esta caracterizou-se pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia. Porém, nesta década, incrementou-se o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a demanda feminina por trabalho. A força de trabalho nos anos 90 apresentou traços diferentes, ficando mais adulta e com maior participação feminina, em decorrência do estreitamento do mercado de trabalho para os jovens e da participação da mulher adulta na atividade econômica.

É perceptível a relevância deste momento em que a mulher integra efetivamente o mercado de trabalho e começa a participar além do ambiente em que estava habituada, no caso, cuidar dos filhos e do lar. Perante esse novo cenário, a mulher aos poucos torna-se independente, passando assim a contribuir com o orçamento familiar, o que garantiu a ela maiores responsabilidades e novos desafios.

No âmbito do trabalho, o traço marcante das últimas décadas do século XX foi o aumento das taxas de participação feminina, as quais se expandiram em um processo contínuo, sem alteração diante das diferentes conjunturas econômicas, até o final dos anos 90. Acompanhou esse movimento uma intensa busca de equidade entre homens e mulheres, questionando estereótipos e conceitos, reivindicando novos espaços e direitos. Enfim, um processo que deu visibilidade à condição das mulheres e conquistou o enorme conjunto de direitos que passou a vigorar, pelo menos na letra da Lei (GALEAZZI, 2001, p. 9).

O aumento da participação da mulher no ambiente do trabalho, causou modificações não só na estrutura familiar, mas também na sociedade. A mulher

passou a buscar espaço profissional e também a exigir seus direitos. Nesta busca por crescimento pessoal, modificou seu papel social por completo. O que antes era basicamente zelar pelo lar, pelos filhos e marido, passa a ser um papel atuante na sociedade, havendo a exigência de espaço para ter uma carreira e aperfeiçoar suas habilidades.

Ao longo dos anos em que a mulher esteve presente no mercado de trabalho, a busca por igualdade de valorização em relação ao trabalho do homem configura como aspecto impactante.

Houve significativa redução na taxa de natalidade a partir da etapa de inserção feminina e do momento em que as mulheres assumiram uma postura diferente sob o controle de filhos. Escolha que em partes era feita apenas pelo homem, a decisão de gerar ou não filhos passa a ser também da mulher, a partir de sua ascensão ao mercado de trabalho.

Há registros históricos que relatam que na sociedade feudal mulheres que não podiam gerar filhos eram repudiadas, ou seja, a esterilidade era vista como uma maldição, sendo fator decisivo para uma separação. Ainda neste período, onde a mulher era submissa ao homem, à ela eram feitas exigências que para ele não existiam, como por exemplo, a fidelidade conjugal.

Houve um rigor maior para as mulheres e isto foi de certa forma amparado pela Lei. Porém, a partir de sua entrada para o mercado de trabalho, algumas barreiras impostas, começaram a serem rompidas.

As variações históricas do grau de intensidade do trabalho feminino extradomiciliar explicam-se pelos contextos peculiares aos momentos históricos a que pertencem. Os regimes escravocratas, os períodos de economia exclusivamente agrária, e demais formas de organização econômica e de poder político usufruem de forças de trabalho necessárias aos respectivos momentos históricos de produção (BLAY, 1978, p. 45).

A intensidade da participação da mulher e também sua exclusão no trabalho fora do lar foram diferentes em cada período histórico, pois em cada momento é estabelecida qual a necessidade por mão-de-obra, como por quem participará do mercado de trabalho.

De acordo com Machel (1982), a emancipação da mulher não se caracteriza por um ato de caridade, não resultando de uma posição humanitária ou tampouco de compaixão, a libertação da mulher é uma necessidade.

Deste modo, se foi necessário à mulher um período histórico de

emancipação e libertação, percebe-se que a mesma foi deixada de lado e explorada, não só por historiadores, como pela sociedade em geral. Diante deste fato, é visível a necessidade de destruição do sistema de exploração para que a sociedade seja construída de forma em que todos os indivíduos possam desenvolver suas potencialidades, sendo assim, sem excluir as mulheres deste processo.

De acordo com Gomes (2005) a inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado provocou profundas transformações no mercado e na família no final do século XX e início do século XXI. A economia informacional global possibilitou oportunidades para as mulheres no campo da educação, os avanços tecnológicos e o controle da gravidez, assim como o movimento feminista, também contribuíram para o alastramento da mulher no mercado de trabalho.

Para que esta mudança fosse completa, foi necessário um processo paulatino e intenso de mudanças, que conforme já mencionado, tiveram maiores repercussões nos períodos de industrialização e urbanização.

### 3.2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro não foi um processo considerado de fácil desenvolvimento e ainda enfrenta diversos obstáculos. Ost (2009) cita que a trajetória da mulher a partir do século XX, em suma no Brasil, é extraordinária, pois passou de uma educação baseada única e exclusivamente ao cuidado do lar no período colonial para uma participação tímida em escolas públicas, seguida de uma presença dominante em todos os níveis de escolaridade e expressiva participação na política do país.

A formação do modelo econômico e social do Brasil obteve influência de outros países, como Portugal e Espanha, sendo notória a influência do modelo econômico europeu. De maneira geral, percebe-se que ocorreu uma transferência parcial do padrão de vida, tanto na troca de experiências em sociedade, como na vida privada.

Além da evidente presença na educação e na política, a mulher brasileira tem galgado pela sua representatividade econômica. De acordo com Baylão e Schettino (2012) o espaço feminino na economia nacional está se ampliando pouco a pouco, já representa uma boa porcentagem ao total da força de trabalho.

O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro e sua

participação no processo de formação e transformação social, ocorreu de forma lenta e gradual, em meio a resistência e ao preconceito da participação da mesma em todos os aspectos da vida econômica. A história destas foi contada pelos homens, o que determinou a dificuldade em buscar um espaço mais livre e construir uma identidade.

Lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social e individual. Não é a toa que, falar das trabalhadoras urbanas do Brasil, significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiadas, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal (RAGO, 2004, p. 579).

A história das mulheres foi feita em sua maioria por parte dos homens, até mesmo para ser escrita, enfatizando ainda mais a exclusão da participação em sociedade.

No ano de 1910, segundo Matos e Borelli (2012), foi implantada no Brasil a legislação que regulamenta o trabalho feminino, primeiramente no estado de São Paulo. Porém nos anos 30, passou a ocorrer a interferência do governo na regulamentação do trabalho, assim foi estabelecida a equiparação salarial dos homens e das mulheres a partir do item “Da proteção ao trabalho da mulher” da CLT (1943). Esta mesma lei garantia às mulheres a proteção aos trabalhos prejudiciais à sua saúde e capacidade física, sendo excluído o trabalho noturno, com exceção para trabalhos em hotéis, casas de espetáculo, enfermagem e em radiotelefonia.

Em 1943 houve a dispensa para que as mulheres precisassem da autorização do marido para trabalhar, mas foi somente no ano de 1962 que o marido perdeu o direito de impedir sua esposa de trabalhar fora do lar.

É perceptível a submissão da mulher ao homem em meados do século XX, homem este que era representado em principalmente por seu pai ou marido, dependendo assim de autorização para exercer uma atividade remunerada. As mudanças geradas a partir das leis mencionadas foram significativas e modificando aos poucos sua posição frente ao contexto social, familiar e econômico.

De acordo com Bruschini (1995) nas sociedades ocidentais, assim como na brasileira, as relações de gênero são hierárquicas e desiguais, onde as posições ocupadas por um ou outro sexo são desproporcionais, tanto em âmbito do trabalho, como no familiar. Apesar das transformações ocorridas no mundo moderno, ainda

pode-se afirmar que as mulheres são destinadas sobretudo às atividades reprodutivas e aos cuidados da família e do lar, ao mesmo que aos homens é atribuído o papel de provedor. A definição social de papéis femininos e masculinos na esfera familiar, tem consequências diferentes sobre um e outro sexo, em sua participação no mercado de trabalho.

A partir da década de 40 ocorreram mudanças trabalhistas no Brasil que modificaram e permitiram de forma mais ampla o acesso das mulheres ao setor produtivo, causando interferência na escolha de sua carreira profissional e seu enquadramento no mercado de trabalho.

Segundo Rago (2004), um grande número de mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, entre as décadas de 40 e 60, período da industrialização. Locais estes que possuíam escassa mecanização em setores como calçados, mobiliários e metalurgia, ocupados pelos homens.

Uma das razões que levam as mulheres a abrir mão de uma carreira promissora, são os cuidados com a família, porque estas responsabilidades são maiores para ela do que para o homem, sendo facilitado a ele o acesso aos cargos de chefia e ocupações em atividades mais produtivas na economia. O perfil de provedor, sustentado pela história, concede ao homem muitas vezes o direito de realizar atividades de maior remuneração e maior exigência em termos de qualificação, pois a questão familiar possui um reflexo menor ao determinar o trabalho masculino.

Matos e Borelli (2012) seguem citando que a interferência do Estado no trabalho feminino ocorreu de forma tumultuada, pois o governo defendia o papel da mulher como cuidadora do lar, priorizando a maternidade e os cuidados familiares. Ao mesmo tempo em que havia a possibilidade da mesma exercer uma atividade fora do lar, era fortalecido o ideal de que a mulher deveria dedicar-se basicamente aos afazeres domésticos e o trabalho remunerado ser uma renda complementar. Entretanto, diante da necessidade de mão-de-obra no mercado de trabalho, o governo viu-se obrigado a incentivar a participação da mulher.

Ao surgirem leis que protegiam a mulher e lhe garantiam direitos, como a licença maternidade, foi enfatizado o processo de discriminação, sendo que pela visão do empregador a mão-de-obra feminina tornou-se mais cara. Desta forma, as leis que surgiram para benefício, também reforçaram a discriminação, determinando a preferência de contratação por mão-de-obra masculina.

O fato dos direitos conquistados pelas mulheres, serem os mesmos fatores que as excluía do mercado, deixou marcas que seguem diferenciando-a em comparação ao trabalho masculino.

De acordo com Bruschini (1995) além das determinações do mercado, como oferta de emprego, qualificação, inserção na família e necessidade econômica, as mulheres enfrentam dificuldades para conciliar suas atividades no mercado de trabalho com seus afazeres familiares. Há a dificuldade em conciliar a jornada dupla entre casa e trabalho, as exigências são menores no mercado informal, havendo a possibilidade de conciliação da atividade familiar com o trabalho. O impasse ocorre na remuneração, em destaque devido ao fato de no mercado formal haver benefícios previstos na legislação e estabilidade, sendo assim mais atraente do ponto de vista do trabalhador.

Portanto, as mesmas leis que surgiram para auxiliar no processo de inserção e permanência da mulher no mercado, causaram um processo de discriminação e segregação sexual, diminuindo a força do trabalho feminino.

Segundo Fernandes e Felício (2002), o “efeito trabalhador adicional” pode ser gerado pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, surgindo por dois motivos: o desemprego do marido, que por consequência traz redução da renda familiar, dessa forma, o ingresso da mulher traz para a família uma renda adicional; e a maior disponibilidade de tempo do marido pode substituir o tempo da mulher em atividades domésticas.

O desemprego por parte do homem pode ser caso tenha pedido demissão ou ter sido demitido, dependendo assim se o mesmo encontra-se inserido no mercado de trabalho formal ou informal.

Ao ingressarem no mercado de trabalho as mulheres foram aos poucos ocupando espaços nas indústrias, primeiramente essa participação feminina deu-se em atividades como fiação e tecelagem, foi somente no período após industrialização na década de 60, que a participação feminina passou a ter representatividade nos demais setores, como metalurgia, onde a mão-de-obra era majoritariamente masculina.

Conforme Maruani (2003) admite-se que as mulheres sempre trabalharam, porém há a necessidade de estudar os papéis que elas desempenharam no mercado de trabalho, os ofícios que ocuparam e os lugares de atuação. As pesquisas do século XX mostram uma posição diferente daquela que se quis dar a

elas, ainda as atividades realizadas por elas nunca tenham sido iguais às dos homens, ainda que sua remuneração sempre tenha sido inferior.

Obter a compreensão da situação da mulher no mercado de trabalho e o que gerou maior inserção por parte delas como também estudar os locais de mais participação desta, faz jus a vários aspectos que envolvem a diferença existente na sua valorização e ajuda na análise para uma compreensão mais detalhada do assunto.

A partir da década de 70 intensificou-se o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com Cabral (1999) esta década foi marcada pela elevação das expectativas de consumo, frente à proliferação de novos produtos e a grande promoção que deles se fez, redefinindo assim o conceito de necessidade econômica. Para a autora, neste período, a expansão da economia, o ritmo acelerado da industrialização e a crescente urbanização contribuíram para um acelerado desenvolvimento econômico, favorecendo a incorporação de novos trabalhadores, em destaque os do sexo feminino.

Processo este que ocorreu de forma continuada na década de 80, embora considerada perdida, relacionada a estagnação da economia e também ao declínio das oportunidades de ocupação.

Hoffmann e Leone (2004) citam ainda que na década de 90 houve a expansão na economia, onde aconteceram as privatizações, terceirização da economia, dando continuidade ao aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho. Embora não tenham sido abertas vagas suficientes para absorver totalmente esta mão-de-obra.

A década de 90 para as mulheres foi marcada pelo aumento da responsabilidade no comando das famílias e pelo fortalecimento da sua participação no mercado de trabalho. Representando a maior parcela da população, a mulher viu aumentar sua escolaridade, seu poder aquisitivo e conseguiu diminuir parcialmente a defasagem salarial em relação aos homens.

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao

assédio, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido - pelos homens - como "naturalmente masculino". Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção, começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era visto no interior da família (RAGO, 2004, p. 581 e 582).

Percebe-se que a luta para ser aceita em sociedade fazia frente com a própria estrutura social e a mulher teve necessidade de fortalecer sua defesa diante de tantas dificuldades impostas a ela. A própria família muitas vezes não garantia a liberdade, impedindo-a de galgar pelo êxito profissional fora do lar.

De acordo com Codo (1993), os pais ansiavam para que suas filhas encontrassem um bom partido para formar uma família, tornando-se este um dos principais objetivos da mesma, pois formando uma família, seu futuro estava garantido, havendo a segurança economicamente, além da valorização como mulher perante a sociedade. O casamento era idealizado como uma segurança e por meio dele muitas mulheres obtinham estabilidade financeira, sendo assim, era comum as uniões serem realizadas visando o bem-estar financeiro apenas, ignorado seus demais significados.

De certa forma, a exclusão feminina no ambiente social econômico é resultado de seu afastamento e ausência quase que total em diferentes aspectos sociais desde primordiais civilizações. Esta exclusão deve-se ao fato de a própria mulher ter omitido-se perante a exploração e a lentidão no processo de luta em busca de participação. Por décadas a escolaridade era algo garantido em exclusividade aos homens, impossibilitando a mulher de adquirir conhecimento e experiência fora do contexto familiar. Isto só distancia as mulheres dos homens em questão de tomadas de decisões políticas e econômicas, sendo estas alienadas diante de sua própria história.

Conforme Louro (2004), existiam discursos e expectativas que depois da proclamação da Independência seria construído um novo país, sem marcas coloniais e primitivas. Foi assim que surgiu a necessidade de ampliação da educação a fim de erradicar o analfabetismo. Porém nessa época já havia a segregação sexual, onde meninos eram incentivados a estudar e as meninas não.

Baylão e Schettino (2012, p. 6) seguem citando que:

A mulher se tornou chefe de sua própria vida, deixando de ser apenas uma parte da família. Esse ingresso no mercado foi lento, porém sólido. A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro aumentou consideravelmente a partir da década de 70, sendo maior aqui do que em muitos outros países de igual ou maior desenvolvimento mundial. O



fortalecimento da participação no mercado de trabalho e aumento da responsabilidade no comando das famílias vem aumentando seu comando seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e redução da defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens.

Os autores apontam que a mulher brasileira vem escrevendo sua história com base na taxa de fecundidade e flexibilidade e no aumento no nível de instrução da população feminina, devido a esse processo de evolução as mulheres estão consolidando sua posição no mercado e adiando a maternidade. A partir da redução no número de filhos, as mulheres, podem conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora. O emprego feminino vem aumentando mais do que do homem devido a uma formalização das relações de trabalho, a elevada taxa de desemprego e o crescimento do emprego sem carteira vem sendo uma diferenciação do emprego feminino. Outro fator que facilitou muito a inserção da mulher no mercado de trabalho foi o surgimento das empregadas domésticas.

Os mesmos indicam que:

A participação feminina nos negócios familiares é mais frequente na forma de membro de família que auxilia o pequeno negócio. As mulheres diminuíram a taxa de desemprego e dividiram com os homens as oportunidades de emprego formalizado que foram sendo criados, reduzindo a importância relativa do serviço doméstico remunerado no emprego assalariado das mulheres. Ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres na direção de uma participação maior na atividade econômica (BAYLÃO; SCHETTINO, 2012, p. 6).

Embora muito já tenha sido superado, conforme Gomes (2005) o processo da inserção das mulheres no mercado de trabalho no século atual, apesar de parecer estar se consolidando, não é um fenômeno simples e vários problemas são enfrentados pelas mesmas no mundo todo, como: dupla jornada; salários menores do que o dos homens por trabalhos equivalentes; deficiências nas políticas sociais, o que impede o acesso aos serviços de apoio familiar, como creches, refeitórios e outros equipamentos sociais para mulheres de menor renda; falta de voz nos espaços de decisão e de poder para negociar acordos coletivos de trabalho, em razão das desigualdades de gênero nas próprias relações sindicais e menores chances de capacitar-se profissionalmente nas áreas rentáveis, cujas vagas são destinadas majoritariamente aos homens.

São perceptíveis as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em tentar inserir-se no mercado, porém ainda existem países que lutam em não reconhecer o quanto perdem em não investir no processo de igualdade. O processo que permitiu o

acesso da mulher na educação e nas demais áreas da sociedade foi lento e gradativamente sendo aceito.

### 3.3 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ADVINDAS DA ASCENSÃO DA MULHER AO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A inserção da mulher ao mercado formal de trabalho não obteve representatividade apenas economicamente, o feito social também foi notável, como por exemplo com a obtenção do direito ao voto e o surgimento do movimento feminista.

De acordo com Baylão e Schettino (2012) ao decorrer da história da humanidade as mulheres foram responsáveis por inúmeras transformações nos mais diversos aspectos da sociedade, mas em destaque o fato de deixarem de ser apenas subordinadas ao lar, filhos e marido e assumirem os mais variados cargos na política e nas empresas e em diversas profissões, buscando assim o direito de trabalhar e sua independência financeira.

O século XVIII foi o marco de iniciação pela busca do direito da mulher. Período onde as mulheres eram consideradas inferiores aos homens em todos os aspectos – físico, intelectual e espiritual. O objetivo da sociedade deste século era manter a mulher na ignorância, pois quanto menos estas soubessem, melhores esposas seriam.

Segundo Priore (2004) desde o século XVIII até a metade do século XX, o objetivo do feminismo foi provar que as mulheres são "homens como os outros" e devem, conseqüentemente, beneficiar-se de direitos iguais.

Referente à evolução da condição jurídica da mulher, deve-se concordar com a autora Raquel Marques da Silva (2003), no texto intitulado "Evolução Histórica da Mulher na Legislação Civil" de que a evolução da condição jurídica da mulher, foi bastante lenta e no Brasil teve marcos básicos, dentre os quais o Estatuto da Mulher Casada, que alterou o Código Civil; a Consolidação das Leis do Trabalho; a Consolidação das Leis da Previdência Social e as anteriores Cartas Magnas culminando com a atual Constituição Federal (SERPA, 2010, p.11).

No ano de 1827 surge, no Brasil, a primeira lei sobre educação das mulheres. A lei permitia que as mesmas frequentassem escolas elementares, instituições que anteriormente eram proibidas a elas.

De acordo com Máximo João (1997, p. 35):

A mulher brasileira sempre foi uma lutadora pela conquista da igualdade com o homem, por vezes no anonimato e outras vezes participando de passeatas. Em todos os setores da vida nacional, sempre tiveram presença marcante, como valorosas guerreiras. Uma passagem importante da história política da mulher brasileira é a história da luta pelo voto feminino.

Em 1879 as mulheres têm autorização do governo para ingressar em instituições de ensino superior. Porém, as que seguiam este caminho eram terminantemente criticadas. Porém, foi apenas em meados dos anos 20 que se iniciaram no Brasil movimentos em defesa dos direitos da mulher, estimulando assim a criação de organizações fundadas a este objetivo.

Segundo Alves (1980) para a mulher trabalhadora, massacrada por uma dupla exploração, a bandeira sufragista não teria a mesma significação. O direito ao voto que o homem de sua classe exercia não lhe abriria porta alguma, nem parecia influir na esfera do poder político a ponto de afetar sua vida material. A farsa da República brasileira apresentava-se bem mais claramente para essa classe. Sua exclusão da vida política era um reflexo da sua opressão econômica, a nascente organização trabalhista não representava ainda um elemento de pressão bastante forte para fazer refletir suas reivindicações a nível político. No que toca à mulher trabalhadora, seu campo de batalha primordial era o nível econômico, onde mais completamente se colocava sua exploração.

A representação feminina no mercado de trabalho brasileiro, não apenas como mão-de-obra, é resultado do esforço e da coragem de mulheres que nas primeiras décadas do século XX enfrentaram uma sociedade que as tratava apenas como força trabalhadora e ignorava seu papel como cidadã. Assim, em 1932 Getúlio Vargas promulga o novo código eleitoral, garantindo o direito ao voto as mulheres brasileiras.

João (1997, p. 37) prossegue citando que:

A partir de 1934 temos a ascensão do movimento nazifascista no mundo. No Brasil, isto se refletiu nos partidos que levantaram as bandeiras fascistas. Gestou-se nesta época, contra a política de Vargas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL, 1935), que teve grande participação dos setores populares. Posteriormente, quando o Estado Novo se reforça e o movimento de 1935 é derrotado, temos a participação das mulheres no sentido do Brasil apoiar os Aliados durante a 2ª Guerra Mundial, surgindo a campanha do tostão nos sindicatos, onde as mulheres ajudaram a arrecadar dinheiro, e a criação da Ala Feminina de Emancipação Nacional, cujo caráter de lutas desenvolvidas era, primordialmente contra a guerra. Após a 2ª Guerra Mundial, as mulheres tiveram papel fundamental na Campanha da Anistia." Por volta de 1950, surgiram várias organizações feministas que culminou com o surgimento das uniões feministas, nos Comitês de Mulheres pela Democracia. Todos os programas dessas

organizações tratavam das questões das mulheres, quanto a salário igual, à profissionalização e os direitos das crianças.

Ao decorrer da Segunda Guerra, a maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho estabeleceu um novo campo de possibilidades para aquela que antes era vista apenas como dona de casa. A década de 50 foi marcada então pelo processo de relativa emancipação feminina no pós-guerra e reivindicaram novos campos de conquista nunca antes imaginados.

João (1997) descreve que embora em todos os documentos constem referências às condições e às reivindicações das mulheres camponesas, os encontros específicos começaram a acontecer por volta de 1954 e se estenderam até 1963. As principais reivindicações eram: o direito à organização em sindicato e associações, inclusão da mulher que vive de salários nos contratos das fazendas e usinas, fornecimento pelos patrões de carteiras de trabalho e anotações nas mesmas dos respectivos salários, férias, assistência à maternidade e à infância, etc.

Em 27 de agosto de 1962 é criado o Estatuto da Mulher Casada, que garantia que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, receber herança e em caso de separação ela poderia ficar com a guarda dos filhos. Porém, com o golpe de 1964, houve fechamento de toda e qualquer organização feminista do país.

Após o golpe de 64 e de certo tempo sem poder manifestar suas reivindicações, de acordo com Pena (1981), em 1975 as mulheres criaram o Movimento Feminino pela Anistia quando a repressão, as torturas e o exílio de homens e mulheres marcaram os anos negros da história do país. A luta para as mulheres se organizarem se reinicia juntamente com toda a sociedade que pressiona para a abertura política.

A autora segue citando que:

De um modo geral, a intervenção do Estado quanto ao trabalho feminino fazia-se na defesa de um tipo específico de família, dependente do salário masculino e dos serviços domésticos femininos. Nesta família, procurava-se manter a mulher como reserva de mão-de-obra frequentemente sem emprego, e quando se fizesse necessário, assegurava-se que ele se desse em condições especiais diferentes do homem (PENA, 1981, p. 166).

A desvalorização do trabalho feminino surgiu a partir do momento em que as mulheres foram inseridas no mercado, enfrentando menor taxa de ocupação e maior taxa de desocupação, vínculos trabalhistas mais precários, presença menos

frequente em cargos de liderança e menores rendimentos. Além de que a discriminação e a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo constituem barreiras para que as mulheres entrem no mercado de trabalho.

A segregação da mulher em reduzido número de ocupações é uma marca histórica, João (1997) indica que essa segregação é, talvez, o resultado mais visível e danoso de duas tendências contraditórias: de um lado, a proteção da mulher, exclusivamente enquanto possível reprodutora; de outro, a sua incorporação ao mercado de trabalho em condições já inicialmente desvantajosas, devido à própria falta de apoio efetivo que a função maternal e o cuidado das crianças encontram na sociedade.

João (1997, p. 38) finaliza descrevendo que:

Os efeitos discriminadores da legislação protecionista foram abertamente reconhecidos por ocasião de cálculo do salário mínimo, realizado em 1940, quando a lei permitiu uma redução de 10% no caso de empregada mulher. Essa redução vigorou até 1943, quando foi abolida pela CLT, sob a justificação do ministro Waldemar Falcão: “Em relação ao trabalho da mulher, a importância de certas medidas de higiene e proteção, que a lei exige serem adotadas nos estabelecimentos em que se empregam, onera, por si só, o trabalho feminino, e, se não forem atendidos tais encargos na fixação do salário mínimo, este benefício trará efeitos contrários aos seus propósitos de amparo pelas restrições que serão opostas à aceitação de empregadas”.

As contribuições sociais advindas da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro trouxeram inúmeros benefícios às mesmas. O século XXI trouxe à sociedade um novo padrão familiar, onde a mulher, muitas vezes, é quem garante o sustento da família. Nesse modelo familiar, é imprescindível que o trabalho da mulher seja reconhecido de forma igualitária. A pauta da igualdade é trazida em destaque pelo movimento feminista, este que foi originário em razão e juntamente com a luta feminina pelos direitos trabalhistas. O equilíbrio maior entre homens e mulheres na distribuição de funções no trabalho e na família se deve a evolução da condição da mulher, resultando assim na alteração do comportamento geral.

Segundo Baylão e Schettino (2012, p. 10),

[...] mesmo com toda a participação das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda se encontram em atividades mais vulneráveis, recebendo rendimento menores que os homens e apresentam maiores chances de ficarem desempregadas. É fundamental para a participação plena da mulher na atividade econômica que haja uma estruturação do mercado de trabalho que contribua para reduzir a segregação ocupacional das mulheres, diminuindo a ocupação de cargos de menor prestígio e remuneração.

Porém o Censo 2010 do IBGE indicou que o nível de instrução das mulheres em relação aos homens continuava maior e estas haviam ampliado o nível de ocupação no mercado. A educação foi o meio que as mulheres encontraram para tentar uma posição de equilíbrio em relação aos homens.

Ainda existem muitas mulheres fora do mercado e que trabalham cuidando dos filhos e da casa, mas é crescente a quantidade de profissionais do sexo feminino que estão disputando, em condições de igualdade e, muitas vezes de superioridade, um determinado espaço no campo social, econômico e político. O que denota uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas também pelas exigências do mundo moderno, que obrigou os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem no sentido de uma parceria necessária e enriquecedora (SERPA, 2010, p. 10).

Apesar de representarem a maioria da população no Brasil, porém obterem menor representatividade no mercado e enfrentarem dificuldades, como a dupla jornada de trabalho e a maior incidência em trabalhos precários, as mulheres têm sido perseverantes na busca pelos seus direitos. Segundo Kurzawa (2003, p. 5), “a mulher vem ocupando cargos em todos os setores produtivos e de gestão, auxiliando de forma efetiva no desenvolvimento estadual e nacional e participando do processo de planejamento e execução de governo democrático”.

A questão social que continua ganhando destaque é a busca das mulheres pela equiparação salarial em relação aos homens, presente ainda em diversas profissões. E é em meio a essa busca que as mulheres têm ganhado espaço, mostrando que podem ocupar qualquer cargo e escrever sua história por si mesmas. Kurzawa (2003) cita que embora a eliminação da desigualdade de gênero realmente esteja acontecendo, é de suma importância adotar ações que assegurem na legislação, a inexistência de qualquer forma de discriminação, seja na promoção ou na ocupação de postos.

Em meio à luta pela conquista de seus direitos, as mulheres acabaram mudando sua forma de agir e pensar, abandonando assim a submissão em relação ao homem para atingir a posição de igualdade.

Em uma sociedade patriarcal, os valores femininos são inferiores aos masculinos. Conforme Muraro e Boff (2002), há aproximadamente dez mil anos, geração após geração, a mulher continua sendo depositária de valores arcaicos masculinos.

Porém, a figura feminina do século XXI difere muito das gerações anteriores. É inegável a força da sua influência na sociedade e no mundo dos negócios. A

mulher passou a entender que homens e mulheres precisam ter as mesmas oportunidades e dividir responsabilidades, diminuindo assim a influência masculina sobre o rumo de suas vidas. As mulheres não querem competir com os homens, mas sim criar projetos junto a eles.

Seguindo a tendência global, as mulheres serão líderes neste milênio. Espera-se que as mulheres superem os homens nos postos de trabalho, quebrando assim os moldes de era industrial. As mulheres ao longo da história fizeram grandes transformações nos mais variados espaços da sociedade, e luta cada vez mais por novas conquistas e garantia de direitos (BAYLÃO; SCHETTINO, 2012, p. 10).

Diante do exposto, observa-se que a trajetória de inserção da mulher no mercado de trabalho deu-se como um processo lento e gradativo, resultado de grande esforço em busca de reconhecimento. Algumas contribuições foram necessárias, como a mudança na legislação brasileira que assegurou às mulheres mais segurança e liberdade perante a sociedade para que pudesse exercer seus direitos e obrigações. Deste modo, a mulher conquistou ao longo dos anos, um respeitável espaço no mercado. Embora, ainda haja a necessidade de uma longa caminhada para que seja mais bem recebida nas relações de trabalho.

O capítulo subsequente tem por objetivo apresentar o histórico e as características do município de Caxias do Sul, bem como de seu setor industrial e a partir disto traçar o perfil da mulher que trabalha na Indústria de Transformação de Cdo município no período entre 2007 e 2017, com base em dados como remuneração, escolaridade, horas trabalhadas e faixa etária.

## 4 PERFIL DA MULHER QUE TRABALHA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE CAXIAS DO SUL

O século XX destacou-se como período de intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Este processo deu-se em consequência à defasagem de mão-de-obra masculina, resultante do elevado número de mortes ocorridas durante a primeira e segunda guerras mundiais, modificou-se assim o meio de trabalho e a contribuição feminina continuou crescendo de forma representativa nas décadas subsequentes.

A partir dos anos 70 acentuaram-se os estudos referentes às oportunidades decorrentes de novos postos de trabalho e a acessibilidade da mulher no mercado. Houve então a necessidade da busca pela igualdade e por um espaço digno de trabalho para a mesma, cuja desde o momento em que ingressou no mercado era discriminada e tratada de forma desigual em relação ao homem.

Diante disso, o presente capítulo tem por objetivo traçar o perfil da mulher que trabalha na indústria de transformação de Caxias do Sul, dando ênfase ao período que inicia-se no ano de 2007.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Caxias do Sul é um município localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, sendo a segunda cidade gaúcha mais populosa, perdendo apenas para a capital, Porto Alegre. Desde a descoberta do Brasil até aproximadamente 1530, o território atual do Rio Grande do Sul permaneceu desconhecido e sem atrair a cobiça das coroas portuguesa e espanhola. A trajetória de desenvolvimento de Caxias do Sul teve início através do processo de colonização europeia do estado, embora anteriormente o território fosse habitado por índios.

O processo de formação de conglomerados urbanos no Rio Grande do Sul é um fenômeno recente. Para isso concorrem vários fatores. O primeiro e mais importante foi a ocupação tardia do território. O segundo foi a distância do território efetivamente ocupado pela Colônia, antes da anexação do Rio Grande. Aqui convém assinalar que a ocupação das Capitânicas do Paraná e de Santa Catarina se resumia a uma estreita faixa de terra junto ao mar raramente povoada. E o incremento populacional nessas regiões foi pequeno porque sempre houve pressões no sentido de seu deslocamento para o Sul como corolário da necessidade de consolidar esta fronteira. O terceiro fato foi como se processou a ocupação (GUNTER, 2010, p. 21).

O governo imperial obtinha como objetivo para povoar a região, a



implementação um novo modelo de colonização, cujo seria através do trabalho livre, a partir do regime de pequena propriedade, de utilização de mão-de-obra familiar, assegurando assim a hegemonia nas regiões de fronteira e na campanha.

O projeto de colonização do Sul do país foi pensado a fim de atender uma série de interesses do governo imperial, que envolviam, além de ocupação de áreas devolutas do Estado, em busca de defesa do território de fronteiras, a intenção de criar núcleos agrícolas que abastecessem a região pela policultura, a partir de um projeto baseado na pequena propriedade e no trabalho livre. Além desses interesses, havia ainda a pretensão de branquear a raça no minufúndio, ao contrário do latifúndio, em que havia mão-de-obra escrava (HERÉDIA, 2014, p. 18).

O desenvolver da história da imigração europeia para o Brasil, deu-se sob o contexto da expansão capitalista do final do século XIX, em evidência no território sul-rio-grandense. De acordo com Rodrigues (1988) a imigração trouxe, para o Rio Grande do Sul, dois importantes impulsionadores de progresso: o aceleração da povoação do território e o renascimento da agricultura que os primeiros colonizadores haviam abandonado para se tornarem estancieiros.

Porém, a história de Caxias do Sul começa quando a região era habitada por índios e percorrida por tropeiros. Em períodos anteriores à chegada dos europeus o território era conhecido como terra dos bugres. Assim eram chamados os índios caingangues que habitavam a região. Segundo Rodrigues (1988) no século XVII, viviam na região Nordeste índios etnologicamente mais primitivos que os charruas e minuanos do Sudoeste e do que os guaranis missioneiros do Noroeste.

Embora considerada como “terra de ninguém” antes do início da colonização, o Rio Grande do Sul pertencia aos índios que o habitavam. Esta característica torna-se visível mediante as marcas que os mesmos deixaram na cultura, através da língua, dos costumes, da alimentação e até mesmo da miscigenação étnica.

Conforme Herédia (2014) embora a história destes índios nunca tenha sido muito explorada, demonstra as diferenças culturais antes e depois da chegada dos imigrantes europeus, que contribuíram para o desenvolvimento da região. A autora aponta que conforme versões dadas por arqueólogos sobre o deslocamento dos índios, afirma-se que eles já estavam reunidos nas primeiras reservas pelo menos trinta anos antes da chegada dos europeus.

Estudos apontam que estes índios eram provenientes da Amazônia e podem ter sido induzidos a migração pelas mudanças climáticas globais. Estes possuíam

desenvolvida cultura agrícola, domesticavam animais e dominavam técnicas, como a da pedra polida.

Os índios colonizaram o litoral, os vales da depressão e partes da serra, embora evitassem as partes mais altas e frias, assim foram avançando sobre o pampa, já que preferiam climas mais quentes e ambientes mais florestados, assim como estavam acostumados no Norte.

De acordo com Bueno (2003, p. 267),

A cidade foi erguida onde o Planalto de Vacaria começa a se fragmentar em vários vales, sulcados por pequenos cursos de água, com o resultado de ter uma topografia bastante acidentada na sua parte sul. A área era habitada por índios caigangues desde tempos imemoriais, mas estes foram desalojados violentamente pelos chamados "bugreiros".

Apesar da herança cultural que estes forneceram ao estado, os índios sofreram muito com a ocupação dos estrangeiros, por meio da perda da sua identidade, causada pela imposição da religião cristã por parte das ordens religiosas e também através da ocupação forçada de suas terras

Herédia (2014) segue citando que no século XIX através da preocupação em modificar a estrutura fundiária, o governo imperial promulga a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, abrindo assim uma nova página da história do Brasil. Lei esta que modificava a forma de aquisição das terras devolutas, representando o fim do sistema de doação e o início do sistema de compras. A partir desta nova legislação o país promove uma política de colonização e imigração, objetivando trazer imigrantes europeus para colonizarem as terras que estavam desocupadas no território brasileiro.

Desta maneira, diversos imigrantes, muitos destes italianos provenientes da região de Vêneto, em conjunto com franceses, alemães, polacos e espanhóis, atravessaram o mar e galgaram espaço até a Serra Gaúcha, deparando-se com uma terra quase inteiramente inexplorada. No Brasil, estes imigrantes substituíram gradativamente a mão-de-obra escrava nas lavouras de café, pois a mesma havia se tornado cara e escassa após a abolição do tráfico negreiro em 1850.

Conforme Machado (2001) o Rio Grande do Sul adotou uma política de imigração diferenciada da de São Paulo, onde os imigrantes deveriam substituir a mão-de-obra escrava nas fazendas de café. Em território sul-rio-grandense os imigrantes eram atraídos pela perspectiva de fixação a terra, formando colônias para produzir gêneros necessários ao consumo interno. Após cinco anos de exploração

da terra, podiam tornar-se proprietários.

A satisfação da experiência com a imigração alemã permitiu a origem dos demais núcleos coloniais que seriam ocupados por imigrantes italianos. Estes núcleos foram desenvolvidos na Encosta Superior do Nordeste, cuja região era formada por terras devolutas, delimitadas pela região dos vales, de colonização alemã e pelos Campos de Cima da Serra. A ocupação desta área ocorreu em 1869 por opção do governo da província, território posteriormente denominado Região Colonial Italiana.

Segundo Herédia (2014) as situações precárias em que se encontrava uma parte da população italiana e as condições propícias oferecidas pelo governo brasileiro favoreceram a formação das colônias de origem italiana no Rio Grande do Sul. Deste modo foram pensadas e criadas as primeiras colônias. A Colônia de Caxias surge desse projeto oficial e torna-se uma opção aos europeus que migram, devido as condições econômicas europeias no final do século XIX.

Ressalta-se que a Unificação da Itália aconteceu apenas alguns anos antes do processo migratório para o Brasil e que de nenhuma forma foi um movimento consensual e único. Neste período a emigração era tida como única solução frente a miséria e o desemprego que assolavam o país, enquanto as colônias brasileiras eram tratadas como o Paraíso.

De acordo com Rodrigues (1988) uma autêntica reforma agrária surgiu através da demarcação dos lotes destinados a receber os imigrantes italianos no Nordeste do Rio Grande do Sul. Embora tratando-se de terras devolutas, houve um programa de colonização, de exploração agrícola e de povoamento, previamente estabelecido, ainda que não cumprido com absoluto rigor.

A imigração italiana, além de ter sido um processo de colonização baseado na pequena propriedade, foi também caracterizado pela substituição de mão-de-obra escrava por mão-de-obra livre, onde os negros foram substituídos pelos brancos europeus. Neste cenário social, a colonização era tida como um processo civilizatório, ao mesmo que a escravidão como método arcaico.

Machado cita que (2001, p. 80):

De acordo com estudo feito por Pietro Brunello, os imigrantes saídos da Itália para o Brasil podiam ser classificados em três grupos distintos quanto as suas habilidades laborais: o primeiro grupo pertencia aos que trabalhavam diretamente na terra, cultivando produtos agrícolas; o segundo grupo pertencia aos que moravam nas aldeias e conheciam ofícios diversos,

e o terceiro grupo era formado pelos “trabalhadores andarilhos”, que se dedicavam a “fazer de tudo”, como consertos em geral e pequenas tarefas. Esses trabalhadores carregavam suas ferramentas e visitavam as famílias, especialmente as da zona rural, para prestar serviços que necessitassem. Ficavam hospedados na propriedade até concluírem suas tarefas, de onde seguiam em busca de novas oportunidades de trabalho. Explica-se assim, de certa forma, o porque da existência de tantas habilidades laborais entre os imigrantes vindos da Itália.

A imigração italiana trouxe marcas significativas ao estado e à Caxias do Sul, dentre elas, a implementação da cultura. Característica importante desta cultura e que foi introduzida de forma abrangente na região foi o trabalho.

Herédia (2014) segue citando que os colonos foram imediatistas referindo-se à trabalho. Apropriaram-se de uma forma de plantio, diferente da terra de origem, proveniente da cultura indígena. Conforme Herédia (2014, p. 27) “esse tipo de sistema chamado ‘rotação de terras melhorada’, trouxe muita prosperidade, mas ao mesmo tempo enfraqueceu e esgotou o solo.”

No ano de 1878, a Colônia Caxias possuía cerca de quatro mil habitantes, em sua maioria agricultores. Embora traçado este perfil, aglomeravam-se na sede algumas pequenas fábricas como carpintarias, marcenarias, funilarias, ourivesarias, ferrarias, olarias, moinhos, sapatarias, seleiros, alfaiatarias e algumas casas comerciais, cujas eram responsáveis pela produção de bens de consumo que caracterizavam a autossuficiência da colônia.

O milho foi a cultura de sustentação da colônia italiana, que alimentava o homem, mas também alimentava os animais. A cultura da vinha também se expandiu na colônia e tornou-se uma das principais fontes de lucro. Tornou-se um centro de intensa produção agrícola com destaque na produção de uva, trigo e milho. A extração de madeira foi a base para a indústria extrativa e manufatureira da região. Essas culturas foram o fundamento das indústrias tradicionais no decorrer do século seguinte (HERÉDIA, 2014, p. 27).

No início da colonização italiana as casas comerciais, conhecidas como armazéns de secos e molhados, foram os negócios mais prósperos. Nestas encontrava-se de tudo: desde tecidos e artigos de perfumaria até ferragens e produtos provenientes da colônia. O crescimento econômico da colônia expandiu-se de forma rápida, indicado pelo expressivo número de casas de negócios. Este número passou de 7 em 1878 para 93 em 1883.

Assumiam relativa importância na zona urbana e no interior dos travessões, as casas de negócios e os pequenos artesãos, como centro de informações e de trocas. Os colonos iam a estes lugares com suas mercadorias e, em troca, levavam

insumos para sua produção e gêneros para o consumo das famílias. De forma gradativa, os produtos da Colônia passaram a ser vistos como possibilidades de negócio.

Havia a existência de imigrantes e descendentes no restante do estado e do país. Deste modo, era amplo o mercado para produtos como vinho, graspa, banha, queijos e embutidos. Coube então ao comércio a responsabilidade de colocar a produção colonial em mercados consumidores potenciais, por meio de cargueiros e tropeiros. De forma paralela, a cultura de subsistência logo seria superada em área de plantio pela cultura mercantil. Crescia significativamente a indústria da transformação dos produtos agrícolas, entre eles, a uva, o trigo, a seda e o linho. O capital investido nestas atividades era gerado pelas trocas comerciais.

Conforme Giron (1977) em 1890 ocorre a emancipação da Colônia de Caxias de São Sebastião do Caí. A autora cita ainda que a Colônia de Caxias havia passado por duas fases: a colonial que foi dirigida pela Comissão de Terras, e a distrital, que dependia de São Sebastião do Caí. E segundo Herédia (2014) a terceira fase começa 15 anos após a ocupação inicial, quando o município já apresentava sinais de autonomia e independência das demais colônias, esses sinais não parariam com o tempo.

Marcados por um início repleto de privações e dificuldades, os imigrantes estabeleceram uma cidade próspera, cuja economia baseava-se de início na exploração de produtos agropecuários, destacando o vinho e a uva. O sucesso destes produtos pode ser medido através da significativa expansão da indústria e do comércio na primeira metade do século XX. Porém, simultaneamente, as raízes étnicas e rurais da comunidade perderam significativa importância em relação ao panorama cultural e econômico, ao mesmo que a urbanização ganhava espaço, formava-se a elite urbana e a cidade integrava-se com o restante do Brasil.

A partir daí a cidade cresceu de forma acelerada, ampliando a população, alcançando elevados índices de desenvolvimento humano e econômico e transformando sua economia em uma das mais arrojadas do país e se fazendo presente em mercados internacionais. A cultura se internacionalizou, havendo o surgimento de diversas instituições de ensino superior e apresentando significativa vida cultural e artística nas mais variadas manifestações. Embora, a cidade tenha passado também a enfrentar problemas típicos de cidades com alta taxa de desenvolvimento, como o surgimento de favelas, aumento da taxa de criminalidade

e de poluição.

#### 4.2 SURGIMENTO E REPRESENTATIVIDADE DO SETOR INDUSTRIAL EM CAXIAS DO SUL

É improvável pensar sobre industrialização no Rio Grande do Sul, sem citar a chegada dos imigrantes. Visto que estes estabeleceram-se em pequenos lotes de terras e produziam para subsistência, o processo de industrialização no estado apresenta características contrárias as que explicam o processo industrial a nível nacional. Isto deve-se ao fato de que a industrialização ocorrida em solo gaúcho não obedece ao padrão de industrialização da região sudeste do Brasil.

Para Machado (2001) o fato de os imigrantes terem tido contato com a industrialização italiana, na qualidade de operários ou técnicos especializados, foi um dos fatores que contribuíram para que estes dominassem diversas técnicas.

O processo de desenvolvimento econômico e industrial de Caxias do Sul, fez parte de um padrão já estabelecido no restante do Brasil, através da utilização de máquinas e técnicas que já eram empregadas nos países desenvolvidos, embora adaptadas pelos imigrantes às condições locais.

Para Herédia (2010) nos núcleos coloniais agrícolas a indústria metalúrgica e mecânica foi o grande destaque da economia. Ao fazer essa afirmação a autora presume que, além dos agricultores que chegaram ao Nordeste do estado, muitos artesãos também se instalaram na colônia italiana, trazendo consigo uma experiência técnica que os diferenciou dos demais imigrantes.

Observando as breves características da industrialização em suas primeiras décadas, observa-se que haviam dois tipos de espaços de produção, assim como dois tipos de operários, os operários das fábricas e os artesãos das oficinas. Embora houvessem espaços onde era realizado o trabalho fabril e artesanal ao mesmo tempo.

A evolução da indústria na região de colonização italiana, no Nordeste do RS, reflete as condições econômicas que os imigrantes utilizaram para construir a riqueza. O êxito dessa evolução aponta para os fatores que determinaram o crescimento desse setor. Além da mão-de-obra familiar e da existência de uma relação de parentela estabelecida pela colonização agrícola, os colonos acreditavam na possibilidade de fazer riqueza pela condição que haviam adquirido de ser proprietários. Havia rompido o circuito da pobreza pela relação com a propriedade, e esse estímulo desenvolvia o espírito de luta, marcado pela dedicação ao trabalho e pela crença na vitória. Terras, trabalho, propriedade, mão-de-obra, mercado,

enfim possuíam as condições para o trabalho e tudo precisava ser feito. O que os diferenciava é que, por trás dessa vontade de vencer, existia uma bagagem histórica de experiência no outro lado do oceano, que lhes permitia visualizar o processo de construção da nova cultura (HERÉDIA, 2010, p. 124).

A indústria regional surgiu através dos comerciantes que aplicavam seu capital gerado por meio do comércio, na montagem da indústria. Porém, a indústria também evoluiu a partir das unidades artesanais familiares que tornaram-se as grandes empresas fabril-manufatureiras.

Segundo Herédia (2010) um mercado foi se ampliando em toda zona colonial, colonos fabricavam os produtos necessários para a produção, em suma porque eram produtos fabricados artesanalmente, necessários para o desenvolvimento das atividades agrícolas. A produção foi sendo aprimorada em nível de manufatura e esses produtos foram sendo produzidos não apenas para o mercado da região.

As indústrias metalúrgicas de Caxias do Sul estariam ligadas mais ao artesanato, do que ao comércio. O trabalho dos ferreiros e funileiros era voltado para a Colônia que estava em expansão, este trabalho manteve-se vivo até a Primeira Guerra Mundial, porém entrou em estagnação neste período, quando passou a competir com produtos internacionais.

Nas ruas principais, ao lado das casas comerciais, desenvolveu-se o parque industrial caxiense, constituído inicialmente de empresas de pequeno porte, oficinas, “fabriquetas”, artesanatos, ateliês, muitos de caráter doméstico, funcionando junto a residência de seus proprietários, como vidraçarias, ateliês de costura, alfaiatarias, sapatarias, selarias, fábricas de chapéus, etc. Esses pequenos estabelecimentos utilizavam mão-de-obra familiar. Quando tinham algum empregado, o mantinham em troca de aprendizado da profissão, de alojamento e alimentação. As casas de negócio, na sua maioria, tinham locais de pouso para tropeiros e seus animais, definindo a multifuncionalidade do espaço das casas e dos quintais, ao mesmo tempo da família de muitos filhos e dos indivíduos sem laço de parentesco (MACHADO, 2001, p. 273).

Alguns anos após terem estabelecido-se, os colonos obtiveram uma renda monetária relevante, adquirida através do comércio e que propiciou o capital necessário para a instalação das indústrias.

Machado (2001) descreve que o trabalho feminino restringia-se as atividades domésticas, basicamente, porque na prática as mulheres trabalhavam no “negócio” do marido, fazendo pequenos consertos, atendendo atrás do balcão, costurando ou ainda prestando serviços ocasionais para as famílias mais abastadas como

passadeiras ou lavadeiras.

A partir de 1910 a presença da industrialização intensificou-se no espaço urbano. Fatores externos como a Primeira Guerra Mundial e fatores internos, como a instalação de energia elétrica e a inauguração da estrada de ferro, impulsionaram esse crescimento. Neste período a cidade demonstrou amplo crescimento, transformando-se em um centro econômico de significativa referência.

Conforme Herédia (2010) um amplo comércio é desenvolvido na zona de colonização com a Colônia de Caxias, assim a expansão das atividades agrícolas coloniais aumenta a capacidade de aquisição externa, sob forma de meios monetários. No período após a Primeira Guerra Mundial as atividades industriais estabelecidas não apresentam crescimento à economia do estado.

Ao longo da década de 1910, é perceptível que o perfil das indústrias foi se alterando de forma gradativa. Embora a alteração no número de estabelecimentos no setor metal-metalúrgico não tenha sido notória, houve uma mudança tecnológica, no modo de trabalho com a matéria-prima.

Assim como na década de 1910, a década de 1920 apresentou desenvolvimento acelerado da industrialização. Este desenvolvimento é evidenciado no setor da viticultura. O setor de cervejaria e o setor coureiro apresentaram enfraquecimento, devido a concorrência com empresas do Vale dos Sinos e da capital. Já o setor metal-mecânico confirma sua estabilidade, a partir da redução de funilarias e fundições e consolidação de fábricas de veículos, oficinas mecânicas e indústrias metalúrgicas.

Como cita Herédia (2010) o desaquecimento da economia reflete a crise enfrentada no país nos anos 20, através da produção industrial. Já no início dos anos 30 a produção industrial cresceu rapidamente em relação à agrícola, por intermédio da expansão das indústrias metalúrgicas, de madeiras, têxteis e principalmente as de alimentos.

Embora tenha apresentado crescimento, Caxias não apresentou resistência ao impacto da crise 1929. Porém apenas o capital investido sofreu restrição, pois os estabelecimentos comerciais multiplicaram-se e ocuparam o espaço urbano cada vez mais. Foi na década de 30 que o município estabeleceu seu perfil econômico.

Após a Segunda Guerra Mundial, Caxias do Sul era conhecida pelo número de indústria de interesse nacional que possuía. O parque industrial era resultado de uma série de investimentos promovidos pelas elites locais, atentas à evolução do mercado nacional e internacional, nos quais pudera



demonstrar o valor do trabalho, associado à capacidade empreendedora no setor de transformação, na sociedade moderna. Uma parte dessas elites estava vinculada tanto ao comércio como à indústria e tinha domínio das questões que afetavam ambos, principalmente no que dizia respeito à infraestrutura do município (HERÉDIA, 2014, p. 104).

O crescimento industrial na década de 40 apresentou ritmo acelerado, embora as vinícolas tenham sofrido com a estagnação. Ao contrário das vinícolas, os setores siderúrgico, têxtil e metal-mecânico foram impulsionados. Este impulso industrial incentivou a procura por áreas na periferia para instalação das indústrias em desenvolvimento.

Herédia (2010) menciona que ocorreram transformações na composição industrial dessa região na década de 40 uma vez que o setor de bens intermediários foi um dos que mais se desenvolveu no governo de Getúlio Vargas. Durante os quinze anos de gestão desse presidente, convém salientar que prevaleceu uma política econômica voltada para a indústria e para substituição às importações, principalmente no setor de bens de consumo não duráveis, como tecidos e alimentos, assim estimulando o crescimento na zona colonial.

A partir da década de 40 ocorreram diversas transformações no setor industrial, muitas destas foram provocadas pelo desenvolvimento de alguns dos segmentos produtivos. As alterações principais estavam relacionadas às mudanças na produção e modernização da tecnologia.

Dessa forma, a cidade de Caxias do Sul teve um aumento substancial na sua produtividade industrial, não só nos ramos diretamente atingidos pelas medidas do governo, ligados a metalurgia, produção de armas, munições e tecelagem, mas também, nas atividades afins e especialmente no comércio em geral, porque houve um aumento considerável nos salários e, conseqüentemente, na procura por bens de consumo. No final da década já se podia observar a ocorrência de transformações importantes na sua composição fabril, com o surgimento de indústrias mais dinâmicas ao lado das indústrias tradicionais, que vinham prevalecendo desde o início da industrialização (MACHADO, 2001, p. 109).

Neste período, a cidade cresceu de forma significativa, modificando seu espectro econômico, resultante processo de urbanização, do sucesso da vitivinicultura e pelo regresso do sistema colonial de pequena propriedade familiar. O fato dessas propriedades rurais terem muitos herdeiros, impossibilitou que as mesmas continuassem gerando o sustento das famílias, ocasionando o êxodo rural e transformando os agricultores em operários fabris.

De acordo com Herédia (2014) destacam-se na economia da cidade os ramos mecânico, da borracha, metalúrgico, químico, de madeira, da eletricidade e

da construção civil, aliados aos setores mais tradicionais da indústria de alimentos, de bebidas e do têxtil. Para a autora esses destaques enfatizam que na década de quarenta, ocorreram relevantes transformações na composição industrial do município e que aquelas indústrias, que haviam crescido com perfil tradicional, enfrentavam mudanças substanciais em seus processos produtivos, em busca da modernização tecnológica.

A partir da década de 50, as principais indústrias da região, possuíam filiais na capital do estado. E no período de comemoração dos 50 anos de imigração italiana, o comércio de produtos laticínios, suínos e dos setores de madeireiras e vinícolas era expressivo.

No início dos anos 50 é criada em Caxias uma Delegacia Regional do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, com o objetivo de intermediar a expansão da indústria no município e no estado. Essa iniciativa refletia o espírito empreendedor dos empresários, que viam a necessidade de ter estratégias para divulgar seus produtos no mercado. Nos anos 60, quando muda o modelo econômico durante o regime militar, a indústria recebe um aporte de capital que permite investimentos e expansão de alguns setores. Reflete a ampliação do quadro industrial, principalmente no setor de transformação, desencadeando um acelerado crescimento econômico, decorrente da procura pela modernização rápida. Para a indústria se desenvolver, tornou-se necessário investimento em energia elétrica para a região. O fornecimento de energia elétrica para a região, que provocava o estrangulamento do crescimento do parque fabril, só foi resolvido em 1966 pelo governo do estado, quando da inauguração da rede da Companhia Estadual de Energia Elétrica Scharlau – Caxias (HERÉDIA, 2010, p. 127).

A economia caxiense, diferente da economia do sudeste, era voltada para o abastecimento do mercado interno. Porém, em meados dos anos 50, a indústria passou a atender também o mercado internacional, porém de forma secundária.

Segundo Herédia (2010) entre as décadas de 50 e 60 ampliou-se o quadro industrial, principalmente no setor de transformação devido à política desenvolvimentista adotada no país. As indústrias dinâmicas surgiram ao lado das indústrias de perfil tradicional e se fortaleceram a partir dos anos 60-70 do século XX.

A dinâmica industrial da cidade foi intensificada a partir da década de 70, tendo como base a diversidade dos empreendimentos, cujos variavam desde produtos alimentares, metalurgia, vestuário, calçados, mobiliário até o mais significativo, o material de transporte. Nesta época, Caxias do Sul tornou-se a segunda área de destaque econômico do estado, atraindo populações de outras regiões do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros estados.

A indústria da região cresceu e com ela as cidades da zona colonial italiana. Nesse período, a cidade de Caxias do Sul recebeu muitos migrantes do próprio estado, de zonas onde havia predominado a agricultura e a pecuária e que apresentava sintomas de crise. A mão-de-obra vinda dos Campos de Cima da Serra supriu parte da demanda que o setor industrial exigia naquele momento. Esse fator implicou o crescimento urbano da cidade, já que os migrantes vieram pra ficar. A indústria da região alterou seu perfil, passando de indústria tradicional para dinâmica, e já nos anos 70 foi classificada como a Área Metal-Mecânica do estado, polo de destaque industrial no país (HERÉDIA, 2010, p. 127).

No decorrer dos anos 70, muitas empresas atingiram o mercado internacional, aumentando assim a qualidade de seus produtos. Naquele momento, buscar por mercados diferentes era a forma de se destacar, através das políticas de exportação.

Herédia (2010) indica que no ano de 1975, Caxias já apresentava um parque industrial definido, com predominância das indústrias metal-mecânicas, com a fabricação especialmente de implementos agrícolas de transporte, motores e produtos metalúrgicos e autopeças. A indústria alimentícia se modernizou, e a indústria têxtil sofreu um período de recuo, porém sem perder seu papel importante na indústria gaúcha.

A década de 80 caracterizou-se por apresentar uma série de problemas de cunho estrutural. O Brasil estava pressionado pela dívida externa e presenciava o esgotamento da matriz industrial. O capital de origem internacional era direcionado para as mudanças no modelo de produção, resultante da revolução tecnológica, essas mudanças afetavam as relações de comércio mundial e os processos de produção. Já no final dos anos 80, a qualificação da mão-de-obra era necessária para atender a demanda das empresas do polo industrial, cujas precisavam de mão-de-obra especializada, por conta das mudanças que o setor vinha sofrendo.

Nos anos 90, a economia do município se adaptou aos sinais de mudança da economia brasileira inserida no contexto mundial, ganhando espaço com a abertura de mercado, provocada pelo governo neoliberal de Fernando Collor. Indicadores da reestruturação produtiva pelos quais passou a economia mostram que a Câmara de Indústria e Comércio já em 1991, incluía o setor de serviços na sua organização, numa demonstração do reconhecimento do setor e de seu crescimento na cidade. Esse período é marcado por grandes inovações tecnológicas na indústria que refletem a iniciativa de acompanhar as exigências competitivas de mercados e garantir a possibilidade de qualificar os diversos setores econômicos no município (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 144-145).

A nova face da economia regional não foi dinâmica, apesar da estagnação dos anos 80, não houve defasagem entre a economia da cidade e do país. Embora

com participação reduzida nos setores tradicionais, a economia conquistou diversos investimentos externos, fazendo com que a indústria obtivesse desempenho maior ou igual ao da indústria nacional.

Herédia (2014) aponta que além de produzir produtos que abasteciam a região, as indústrias que se destacavam na economia da cidade, também tinham impacto no mercado nacional. Os proprietários destas tinham investido em processos produtivos que haviam passado pelas diversas etapas, desde a manufatura, o taylorismo e caminhavam para a implantação do modelo fordista. Faziam parte dessas estruturas indústrias de porte médio para grande, que, embora fossem localizadas na área urbana, haviam expandido suas plantas industriais devido à capacidade instalada e à demanda de operários.

Observando o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, percebe-se que Caxias tem respondido de forma favorável às necessidades da formação econômico social brasileira, a partir da reestruturação produtiva e mudanças no padrão de consumo. Durante o processo evolutivo industrial, inúmeras fábricas e oficinas surgiram na cidade, porém somente algumas sobreviveram ou ganharam destaque em seu segmento.

De acordo com Herédia (2014) de “metrópole do vinho”, Caxias passou à metrópole industrial, diante da qualidade de seus produtos manufaturados. Muitas das indústrias da cidade no período da guerra foram declaradas de interesse nacional e possuíam uma capacidade industrial instalada que lhes permitiu produzir em grande quantidade produtos com muita qualidade. Desde o Lanifício de São Pedro, instalado em Galópolis, como as Indústrias Metalúrgicas Abramo Eberle, Gazola Travi Ltda., Triches fizeram com que Caxias do Sul ganhasse destaque no cenário nacional como um município colaborador para o crescimento industrial do país.

As mudanças sofridas pela economia do município são atreladas em cada fase da história com o processo de reorganização da economia em decorrência do avanço no processo industrial no país. Um conjunto de condições econômicas passou a influenciar o crescimento das empresas locais, a partir da atração de novos investimentos e das associações com grupos econômicos externos.

Para Herédia (2014) Caxias era vista como o grande parque manufatureiro do Rio Grande do Sul, devido a dinamicidade da indústria que impunha uma renovação na forma de organização da produção, bem como um novo perfil

industrial, além da riqueza da indústria tradicional, constituída por estabelecimentos vinícolas, tritícolas, madeireiras, malharias, confecções, fábricas de tecidos, produtos químicos, entre tantos outros.

Desta forma, observa-se que o desenvolvimento cultural e econômico de Caxias do Sul, principalmente o advento das indústrias locais, deve-se em sua maioria aos primeiros imigrantes chegados à região. Herdou-se dos colonizadores a essência do trabalho e em destaque os mesmos trouxeram consigo as técnicas aprendidas em seu país de origem e assim as transmitiram de forma eficiente, gerando de forma gradativa o que conhece-se como polo industrial do município.

#### **4.2.1 Características da Indústria de Transformação**

A atividade industrial é o processo de produção que tem como objetivo transformar as matérias-primas em mercadoria por meio do trabalho humano e de cada vez mais de maneira popular, utilizando máquinas. Essas atividades são classificadas conforme seu foco de atuação, dentre eles, a indústria de transformação.

A indústria de transformação é a área industrial que consiste na transformação de matéria-prima em produto intermediário ou final para outra indústria de transformação. Um exemplo a ser citado são as refinarias de petróleo, cujas utilizam o petróleo como produto intermediário ou como matéria-prima para produtos finais, como por exemplo na forma de óleo diesel e gasolina.

Indústria de transformação é um termo utilizado para classificar os sistemas de produção que transformam um elemento em outro, uma matéria-prima em um bem, diferenciando-se do setor de produção agrícola e indústria extrativa de vegetal ou mineral. Inclui todos os momentos da produção industrial. Abrange por exemplo as indústrias que transformam aço em máquinas e ferramentas, a produção agroindustrial que transforma cana em açúcar, a fabricação de bens de consumo como automóveis e roupas (LIMA, 2019, p. 1).

A palavra indústria caracteriza-se por diversos significados no cotidiano da economia industrial. Consiste desde uma fábrica com significativa capacidade de produção e que realize atividades de transformação através de máquinas cujas objetivam a criação de um novo produto, até uma empresa de pequeno porte.

Conforme Freitas (2019) o setor industrial é muito abrangente, pois agrega variados tipos de atividades, desde a fabricação de roupas e calçados à alimentos

em geral. Abordando o período de forma histórica, classifica-se sua evolução em: artesanato, manufatura e indústria moderna.

A industrialização, em geral, está associada ao desenvolvimento econômico, ou seja, um elevado número de indústrias nacionais indica dinamicidade da economia de um país. No Brasil, a indústria de transformação ganha destaque nesse sentido.

Lima (2019) cita que empresas que possuem atividades de transformação biológica, física e química de substâncias, matérias e componentes para obtenção de novos produtos fazem parte da indústria de transformação. Os materiais, substâncias e componentes que são utilizados na indústria de transformação, são originários da indústria extrativa, cuja consiste em produção agrícola, mineração, pesca, extração florestal e etc.

O desenvolvimento industrial que surgiu a partir da segunda metade do século XX, fez com que o Brasil se transformasse em um dos principais parques industriais da América Latina, sendo essencial para o crescimento da economia mundial.

Conforme Lima (2019) a indústria de transformação consiste tanto em produtos em seu estado final como produtos que servem de base para a obtenção de outros produtos por outra empresa. Como por exemplo, a celulose é a matéria-prima da indústria que a transformará em papel, ao mesmo que o papel pode ser usado por outra empresa para a produção de cadernos, agendas ou livros.

A indústria de transformação é considerada como a que transforma as matérias-primas obtidas através da natureza em utensílios para o ser humano. Esta pode ser classificada e subdividida em bens de produção ou indústria de base e bens de consumo. A indústria de base faz a transformação da matéria-prima bruta para outras indústrias. Como por exemplo, a indústria metalúrgica. Já a indústria de bens e consumo realiza o destino de sua produção para o consumo da população.

A indústria de transformação está registrada na seção C da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que divide as indústrias incluídas da seguinte forma:

Quadro 1 - Classificação da Indústria de Transformação por atividade CNAE 2.0

Divisão	Atividade	Divisão	Atividade
10	fabricação de produtos alimentícios	22	fabricação de produtos de borracha e de material plástico
11	fabricação de bebidas	23	fabricação de produtos de minerais não-metálicos
12	fabricação de produtos do fumo	24	metalurgia
13	fabricação de produtos têxteis	25	fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
14	confeção de artigos do vestuário e acessórios	26	fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
15	preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	27	fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
16	fabricação de produtos de madeira	28	fabricação de máquinas e equipamentos
17	fabricação de celulose, papel e produtos de papel	29	fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
18	impressão e reprodução de gravações	30	fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
19	fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	31	fabricação de móveis
20	fabricação de produtos químicos	32	fabricação de produtos diversos;
21	fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	33	manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (quando realizada por unidades especializadas)

Fonte: Comissão Nacional de Classificação/IBGE. Elaborado pela autora.

A própria CNAE cita que as delimitações entre a indústria de transformação e as demais atividades, nem sempre é esclarecedora. De certa forma, envolve a modificação dos insumos para fabricar um produto novo. As dúvidas consistem no que de fato é um produto novo.

Segundo Lima (2019) embora seja atribuída como indústria de transformação as empresas que produzem em plantas industriais e em grande escala, tendo auxílio do uso de máquinas e equipamentos movidos a energia, seja elétrica ou de outra forma, fazendo também o uso de equipamentos que permitem

uma economia de escala a nível corporativo. Segundo a CNAE, as atividades artesanais e manuais mesmo que sejam realizadas em domicílio, venda direta ao consumidor de produtos de produção própria e etc., também podem estar inclusas na descrição, quando transformam um elemento em um produto novo.

Entre as décadas de 50 e 80, a estrutura industrial brasileira se consolidou e foi diversificada, em razão dos reflexos causados pela Segunda Guerra Mundial, onde a economia mundial passou pelo processo de crescimento liderado pela indústria.

Segundo Reis (2019) a indústria de transformação já foi considerada o carro-chefe da economia brasileira. O registro de seu auge foi no ano de 1973, quando representou a maior parte do PIB do país. Porém, no final da década de 80, esta representava apenas cerca de 30% do PIB.

Cerca de 97% da produção industrial do Brasil, deve-se à indústria de transformação, restando apenas 3% para as indústrias extrativistas. A indústria de transformação mineral, cuja abrange a siderurgia, a metalurgia, a petroquímica e etc., ganha destaque, representando aproximadamente 28% de participação do PIB.

Em 1952, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrava 11,4%, enquanto em 1985 subiu para 21,8%. Desde 1986 houve perda expressiva de participação da indústria na produção agregada do Brasil, sendo um processo de desindustrialização. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a participação da indústria de transformação no PIB declinou cerca de 10 pontos percentuais, chegando a 11,8% em 2017, quase a mesma proporção que em 1952. Já no primeiro trimestre de 2018 houve crescimento de 4,0% na indústria de transformação em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo dados divulgados pelo O Globo em abril de 2019, a indústria de transformação brasileira é a nona maior do mundo, com participação de 1,8% no PIB industrial global, e está na 30ª colocação entre as maiores exportadoras de manufaturados, conforme informações da Organização Mundial do Comércio (OMC) (LIMA, 2019, p. 1).

Conforme Rowthorn e Ramaswany (1999) em países desenvolvidos a desindustrialização surgiu a partir do progresso na produtividade da indústria de transformação, sendo atrelada de certa forma à elevação da qualificação da mão-de-obra e a expansão do emprego de alta produtividade. Assim, a produtividade total da economia também cresceu, tornando-se um processo que gerou mudança estrutural no desenvolvimento econômico.

Alguns autores denominam a recessão industrial do país como desindustrialização, este processo culminou em meados da década de 80, resultante



dos impactos que a economia brasileira sofreu e ainda sofre, causando uma perda expressiva de participação da indústria na produção agregada do país.

De acordo com Cano (2012) no Brasil o processo de desindustrialização é tido como algo negativo, por ser associado a situações como a perda da competitividade das exportações da indústria, cuja se manifesta através do aumento das importações de insumos industriais, bem como de bens de consumo e de capital.

A localização é um dos fatores que tem viabilizado ou não a instalação de uma indústria em determinados locais. Para a indústria de base, por exemplo, ganha destaque a facilidade de recepção de recursos naturais ou a disponibilidade de matérias-primas. Já para a indústria de bens de consumo, prevalece a proximidade de um amplo mercado consumidor. Porém, para todos os ramos industriais é necessária a eficácia da telecomunicação e dos meios de transporte.

Conforme Reis (2019) embora ainda gere muito empregos, o setor tem sofrido uma queda significativa em seus rendimentos. O autor cita que de acordo com a participação deste tipo de indústria no PIB (Produto Interno Bruto) tem caído de forma sucessiva. No primeiro semestre de 2019, o setor industrial alcançou a parcela de 11,2% da produção nacional no período. Tratando-se assim, do menor patamar registrado desde 1947, ano em que esse tipo de medição começou a ser feita.

Determinada parte das transformações ocorridas na estrutura industrial do Brasil, devem-se a recessão do processo de industrialização. Cujo caracteriza-se pela diminuição da participação da indústria de transformação na economia. Isto reflete de forma negativa na capacidade industrial de dinamizar e liderar o crescimento econômico.

Reis (2019) aponta que a queda nos rendimentos da indústria, segundo especialistas, pode estar sendo causada por conta das sucessivas crises econômicas que o país sofreu, como a crise financeira de 2008. Isto justifica-se pelo fato de que mesmo quando há recuperação, a indústria tem um retorno mais lento do que setor de serviços.

Segundo Pena (2019) o setor industrial era o ramo de atividades que mais gerava empregos. Porém, a partir da modernização dos transportes e dos sistemas produtivos, além da implantação da produção flexível, grande parte da mão-de-obra tem se deslocado das fábricas para os serviços e comércio. A exigência de

qualificação profissional cada vez maior nesse setor, também é classificada como motivo para a diminuição da empregabilidade.

Além da necessidade de mão-de-obra qualificada, a indústria brasileira tem seu crescimento prejudicado pela carga tributária. Tudo isso faz com que o parque industrial opere abaixo de sua capacidade esperada.

Conforme Freitas (2019) devido à exigência do mercado e a efetiva concorrência o setor industrial tem revelado-se como um dos mais importantes seguimentos produtivos. De acordo com o autor a busca por um maior número de consumidores e consequentemente expandir suas atuações, exige a necessidade de fazer uso de um arsenal tecnológico que venha obter melhor qualidade dos produtos, diminuição dos custos, utilizando materiais de fácil reciclagem e que não provoquem tantos impactos ao ambiente.

Por fim, nota-se que a visibilidade industrial tem voltado-se a lugares onde os custos de produção são menores e os lucros, portanto, maiores. As empresas têm buscado territórios que ofereçam infraestrutura melhor e salários significativamente mais baixos, assim como terrenos mais baratos. Essa fuga empresarial da centralidade deve-se a acelerada modernização ocorrida em escala mundial.

#### 4.3 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM CAXIAS DO SUL

O auge da indústria de transformação no Brasil ocorreu entre as décadas de 50 e 80, onde verificam-se modificações na estrutura industrial do país, refletida através da Segunda Guerra Mundial, onde a economia foi fomentada pela indústria. A partir daí as regiões de industrialização passaram a crescer de forma significativa.

A Tabela 1 apresenta os números de vínculos formais de trabalho deste setor no Brasil entre os anos de 2007 e 2017.

Tabela 1 - Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação do Brasil de 2007 a 2017

(continua)

<b>Anos</b>	<b>Número de empregos</b>	<b>Variação Absoluta</b>	<b>Variação Relativa (%)</b>
2007	7.082.167	-	-
2008	7.310.840	228.673	3,22
2009	7.361.084	50.244	0,68

(conclusão)			
2010	7.885.702	524.618	7,12
2011	8.113.805	228.103	2,89
2012	8.148.328	34.523	0,42
2013	8.292.739	144.411	1,77
2014	8.171.022	-121.717	-1,46
2015	7.566.900	-604.122	-7,39
2016	7.148.013	-418.887	-5,53
2017	7.105.206	-42.807	-0,59
<b>Varição</b>		<b>65.846</b>	<b>1,13</b>

Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

De acordo com os dados extraídos da RAIS a partir da divisão setorial baseada no IBGE, os números mais elevados de vínculos foram registrados entre os anos de 2010 e 2013, onde a maior taxa de crescimento foi de 2009 para 2010, registrando a taxa de aproximadamente 7,13%. Embora entre 2007 e 2008, o crescimento também tenha sido significativo.

Entre 2010 e 2013, todos os saldos foram positivos, porém a partir de 2014 o período é marcado pela queda nos vínculos, registrando a pior taxa no intervalo 2014-2015, onde este número alcançou -7,39%. Nos anos subsequentes a este período, as taxas seguiram negativas registrando -5,53% entre 2015 e 2016 e -0,60 em 2017, onde o número de vínculos era apenas 0,32% maior que em 2007 quando o período começou a ser analisado. E apesar dos saldos negativos, a variação do período encerrou-se positiva em cerca de 1,13%.

O Rio Grande do Sul é evidenciado no panorama econômico, devido ao seu elevado número de indústrias, com destaque ao eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, responsável pelos maiores índices de industrialização do estado.

A Tabela 2 mostra a quantidade de postos formais de trabalho da indústria de transformação no estado no período entre 2007 e 2017.

Tabela 2 - Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul de 2007 a 2017

(continua)			
Anos	Número de empregos	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
2007	654.733	-	-
2008	666.423	11.690	1,78

(conclusão)			
2009	662.727	-3.696	-0,55
2010	717.614	54.887	8,28
2011	737.945	20.331	2,83
2012	733.387	-4.558	-0,62
2013	746.549	13.162	1,79
2014	730.738	-15.811	-2,12
2015	675.327	-55.411	-7,58
2016	643.217	-32.110	-4,75
2017	633.345	-9.872	-1,53
<b>Varição</b>		<b>-11516</b>	<b>-2,47</b>

Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Segundo a RAIS, assim como no país, o setor teve ascensão entre os anos de 2010 e 2013, após a crise econômica mundial de 2008, destacando a evolução entre 2009 e 2010, que foi de 8,28%. Embora entre 2011 e 2012 a taxa de crescimento tenha sido negativa.

A partir de 2014 a RAIS registrou quedas elevadas de percentuais, comparada aos anos anteriores, sendo o intervalo entre 2014 e 2015, o período mais crítico, com queda de -7,58% dos vínculos. Já nos sucessivos anos as taxas de quedas foram menores, porém no ano de 2017 a quantidade de vínculos chegou a ser menor do que em 2007. Porém, ao contrário do país, o saldo de vínculos foi negativo em torno de -2,47%.

Já em Caxias do Sul a indústria de transformação é tida como a matriz econômica e tem auxiliado na recuperação do mercado de trabalho do município, após um longo período de recessão. A Tabela 3 mostra o número de vínculos formais de trabalho do setor em Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017.

Tabela 3 - Postos de Trabalho formais na Indústria de Transformação de Caxias do Sul de 2007 a 2017

(continua)			
Anos	Número de empregos	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
2007	75.065	-	-
2008	79.086	4.021	5,35
2009	75.264	-3.822	-4,83
2010	85.426	10.162	13,50

(conclusão)			
2011	87.297	1.871	2,19
2012	83.113	-4.184	-4,79
2013	82.737	-376	-0,45
2014	79.362	-3.375	-4,07
2015	67.324	-12.038	-15,16
2016	60.908	-6.416	-9,53
2017	60.731	-177	-0,29
<b>Varição</b>		<b>-14.157</b>	<b>-18,09</b>

Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Dados da Tabela 3 apontam que conforme a RAIS, Caxias do Sul sofreu picos de elevação em relação aos vínculos da indústria de transformação, assim como no país e no estado, o período mais próspero foi entre 2010 e 2013, embora neste período tenham sido registradas taxas de crescimento negativas. Assim como no estado o maior percentual de desenvolvimento foi entre 2009 e 2010, onde este girou em torno de 13,50%.

Já a partir de 2014 os números começaram a cair, tanto que entre 2014 e 2015 a queda nos vínculos foi de -15,17%, a menor taxa de crescimento registrada no período. Assim como no estado, nos anos seguintes as taxas seguiram negativas e o número de vínculos chegou a ser menor do que em 2007, encerrando o período com saldo negativo de -18,10%.

#### **4.3.1 Perfil da mulher que trabalha na indústria de transformação de Caxias do Sul no período entre 2007 e 2017**

As mulheres conquistaram seu espaço na Indústria de Caxias do Sul paulatinamente. Aquelas que antes eram vistas apenas como donas de casa e responsáveis pela família, ocupam aproximadamente a metade dos postos formais de trabalho no município.

A Tabela 4 traz os dados dos postos de trabalho formais em Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017 segmentados nos setores do IBGE, como também mostra a participação feminina por setor IBGE.

Tabela 4 - Evolução da participação feminina por setor econômico em Caxias do Sul de 2007 a 2017

IBGE Setor	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)
Extrativa Mineral	53	11,30	77	10,30	78	2,50	106	7,50	113	10,60	111	8,10
Indústria de Transformação	75.065	30,70	79.086	31,20	75.264	31,70	85.426	32,30	87.297	32,40	83.113	32,50
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.190	23,20	2.731	21,80	2.782	22,50	2.905	21,60	2.991	20,60	3.049	20,70
Construção Civil	3.724	7,00	4.224	7,00	4.702	7,00	5.412	8,50	5.992	8,80	6.514	8,40
Comércio	21.230	49,20	22.346	49,60	23.273	49,90	25.781	51,50	26.409	51,40	27.315	51,20
Serviços	38.598	55,50	41.154	55,60	43.448	56,60	44.060	56,10	47.167	57,00	51.252	56,90
Administração Pública	5.577	71,70	5.671	71,70	5.970	72,40	6.010	71,90	6.559	71,50	6.843	71,60
Agropecuária	1.719	29,00	1.694	27,90	1.794	28,30	1.772	29,80	1.725	29,80	1.671	32,20
<b>Total</b>	<b>147.156</b>	<b>40,80</b>	<b>156.983</b>	<b>40,80</b>	<b>157.311</b>	<b>41,80</b>	<b>171.472</b>	<b>41,70</b>	<b>178.253</b>	<b>42,20</b>	<b>179.868</b>	<b>42,80</b>
IBGE Setor	2013		2014		2015		2016		2017			
	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)	Vínc. Totais	P.Fem. (%)		
Extrativa Mineral	109	9,10	103	12,60	103	12,60	92	11,90	88	12,50		
Indústria de Transformação	82.737	33,40	79.362	33,10	67.324	33,60	60.908	32,80	60.731	32,23		
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.187	27,90	2.202	29,80	2.226	30,10	2.097	30,30	2.047	29,94		
Construção Civil	6.133	7,90	6.260	7,40	6.126	7,50	4.713	8,60	4.158	7,72		
Comércio	27.846	51,00	28.328	50,90	27.657	50,60	27.691	50,00	27.563	49,66		
Serviços	52.143	56,50	53.264	57,50	52.157	58,10	51.302	58,40	50.238	58,55		
Administração Pública	6.962	71,00	7.249	71,20	7.261	70,60	7.047	71,40	7.146	70,79		
Agropecuária	1.677	30,80	1.616	30,70	1.756	28,80	1.919	27,70	1.759	28,31		
<b>Total</b>	<b>179.794</b>	<b>43,30</b>	<b>178.384</b>	<b>43,80</b>	<b>164.610</b>	<b>44,80</b>	<b>155.769</b>	<b>45,20</b>	<b>153.730</b>	<b>45,00</b>		

Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Percebe-se dentro desta amostra de trabalhadores, que os mesmos em sua maioria são representados pelo sexo masculino e que a representatividade de mão-de-obra feminina não atingiu os 50% dos trabalhadores formais no município entre 2007 e 2017. Nota-se também que a maior participação das mulheres ocorre nos setores de administração pública e serviços, havendo pouca variação percentual ao longo do período analisado.

A Agropecuária, a Construção Civil e a Indústria Extrativa Mineral configuram como os setores que registraram os menores percentuais de participação feminina na cidade, este fator deve-se ao fato de que estas são áreas do mercado de trabalho culturalmente dominadas pelos homens, embora as mulheres estejam galgando seu espaço.

A Tabela 5 demonstra a quantidade de vínculos formais de trabalho na Indústria de Transformação em Caxias do Sul por gênero entre os anos de 2007 e 2017.

Tabela 5 - Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por gênero em Caxias do Sul de 2007 a 2017

<b>Gênero trabalhador</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Masculino</b>	51.966	54.380	51.394	57.820	58.956	55.810	55.087	53.075	44.693	40.896	41.157
<b>Feminino</b>	23.099	24.706	23.870	27.606	28.341	27.303	27.650	26.287	22.631	20.012	19.574
<b>Total</b>	<b>75.065</b>	<b>79.086</b>	<b>75.264</b>	<b>85.426</b>	<b>87.297</b>	<b>83.113</b>	<b>82.737</b>	<b>79.362</b>	<b>67.324</b>	<b>60.908</b>	<b>60.731</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / ME. Elaborado pela autora.

Conforme a Tabela 5, nota-se que a força de trabalho feminina representa cerca de 30% dos postos de trabalhos formais da Indústria de Transformação em Caxias do Sul na década analisada, apresentando pouca variação neste percentual. Com destaque para o ano de 2015 onde o percentual foi de 33,60%, o maior registrado no período. Estes índices apontam que a Indústria de Transformação em Caxias do Sul é um setor predominantemente masculino.

A Tabela 6 aborda a participação feminina na Indústria de Transformação em Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017 através da classificação subsetorial do IBGE.

Tabela 6 - Participação feminina na Indústria de Transformação por subsetor de Caxias do Sul de 2007 a 2017

(continua)

IBGE Subsetor	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Prod. Mineral Não Metálico</b>	89	0,38	112	0,45	116	0,48	160	0,57	208	0,73	229	0,83
<b>Indústria Metalúrgica</b>	2221	9,61	2632	10,65	2526	10,58	3053	11,05	3263	11,51	3578	13,1
<b>Indústria Mecânica</b>	973	4,21	1149	4,65	1355	5,67	1457	5,27	1677	5,91	1682	6,16
<b>Elétrico e Comunic</b>	1945	8,42	1901	7,69	1951	8,17	2253	8,16	2392	8,44	2354	8,62
<b>Material de Transporte</b>	2123	9,19	2665	10,78	2550	10,68	3680	13,33	4104	14,48	3928	14,38
<b>Madeira e Mobiliário</b>	1038	4,49	1069	4,32	940	3,93	981	3,55	1109	3,91	1089	3,98
<b>Papel e Gráf</b>	1017	4,4	1096	4,43	1118	4,68	1209	4,37	1240	4,37	1208	4,42
<b>Borracha, Fumo, Couros</b>	1327	5,74	1206	4,88	1260	5,27	1201	4,35	1259	4,44	1225	4,48
<b>Indústria Química</b>	3779	16,36	3726	15,08	4027	16,87	5039	18,25	4946	17,45	4965	18,18
<b>Indústria Têxtil</b>	3441	14,89	3821	15,46	3197	13,39	4498	16,29	4140	14,6	2976	10,89
<b>Indústria Calçados</b>	61	0,26	51	0,2	44	0,18	54	0,19	59	0,2	58	0,21
<b>Alimentos e Bebidas</b>	5085	22,01	5278	21,36	4786	20,05	4021	14,56	3944	13,91	4011	14,69
<b>Total</b>	<b>23.099</b>	<b>100</b>	<b>24.706</b>	<b>100</b>	<b>23.870</b>	<b>100</b>	<b>27.606</b>	<b>100</b>	<b>28.341</b>	<b>100</b>	<b>27.303</b>	<b>100</b>

IBGE Subsetor	2013		2014		2015		2016		2017	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Prod. Mineral Não Metálico</b>	193	0,69	177	0,67	132	0,58	132	0,58	121	0,61
<b>Indústria Metalúrgica</b>	3681	13,31	3197	12,16	2578	11,39	2578	11,39	2276	11,62
<b>Indústria Mecânica</b>	1727	6,24	2087	7,93	1872	8,27	1872	8,27	1520	7,76
<b>Elétrico e Comunic</b>	2313	8,36	1871	7,11	1418	6,26	1418	6,26	1271	6,49
<b>Material de Transporte</b>	4302	15,55	4025	15,31	3264	14,42	3264	14,42	2658	13,57
<b>Madeira e Mobiliário</b>	1104	3,99	1068	4,06	882	3,89	882	3,89	784	4
<b>Papel e Gráf</b>	1181	4,27	1107	4,21	951	4,2	951	4,2	834	4,26



(conclusão)

IBGE Subsetor	2013		2014		2015		2016		2017	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Borracha, Fumo, Couros</b>	1028	3,71	659	2,5	551	2,43	551	2,43	447	2,28
<b>Indústria Química</b>	4809	17,39	4987	18,97	4304	19,01	4304	19,018	3434	17,54
<b>Indústria Têxtil</b>	3752	13,56	3534	13,44	3158	13,95	3158	13,95	3022	15,43
<b>Indústria Calçados</b>	52	0,18	44	0,16	43	0,19	43	0,19	32	0,16
<b>Alimentos e Bebidas</b>	3508	12,68	3531	13,43	3478	15,36	3478	15,36	3175	16,22
<b>Total</b>	<b>27.650</b>	<b>100</b>	<b>26.287</b>	<b>100</b>	<b>22.631</b>	<b>100</b>	<b>22.631</b>	<b>100</b>	<b>19.574</b>	<b>100</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / ME. Elaborado pela autora.

A participação feminina na Indústria de Transformação ganha destaque no setor de Indústria Química, onde estas representam cerca de 17,64% dos vínculos formais. No início do período analisado a Indústria de Alimentos e Bebidas era líder na contratação de mulheres, porém foi perdendo sua representação ao longo dos anos, assim obteve a média de 16,33% das contratações. Em seguida, surgem os setores da Indústria Têxtil e Material de Transporte com aproximadamente 14,16% e 13,28% da mão-de-obra das mulheres respectivamente.

O setor metalúrgico, apesar de ter grande destaque quando o município é abordado, representou apenas 11,48% dos vínculos do período. Os demais setores indicam parcelas mínimas em torno de 4% ou 5%, chegando próximos de zero na Indústria de Calçados.

A Tabela 7 determina a participação feminina na Indústria de Transformação de Caxias do Sul a partir da faixa etária das trabalhadoras no período entre 2007 e 2017.

Tabela 7 - Participação feminina na Indústria de Transformação em Caxias do Sul por faixa etária

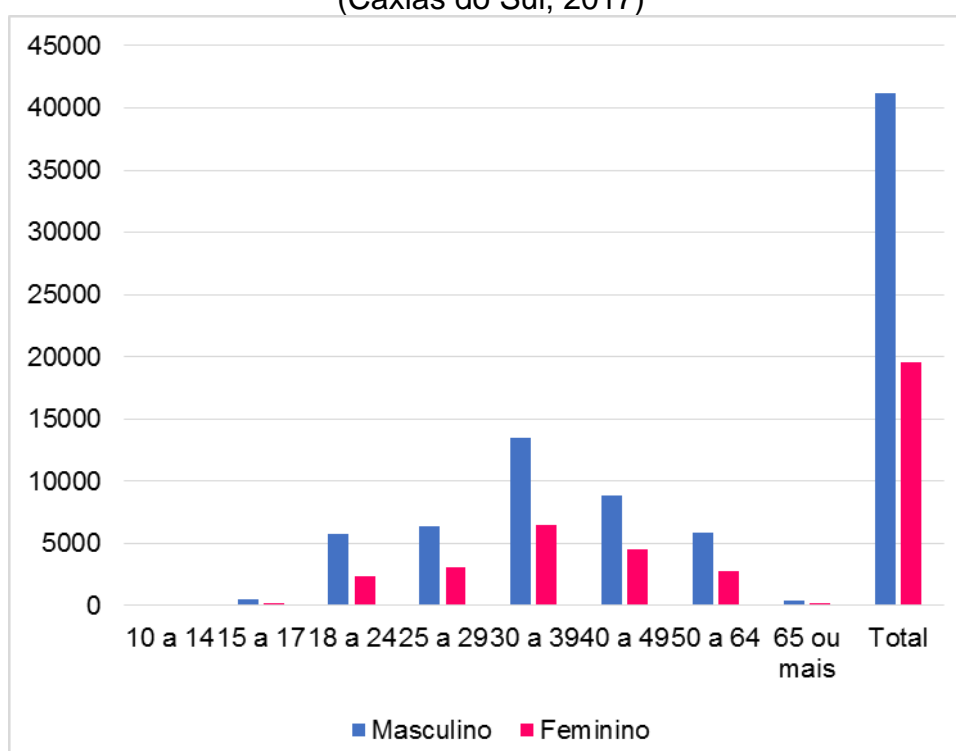
Faixa Etária	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>10 a 14</b>	0	0	1	0,004	6	0,025	7	0,02	9	0,03	2	0,007
<b>15 a 17</b>	273	1,18	405	1,64	303	1,27	340	1,23	391	1,38	356	1,3
<b>18 a 24</b>	5.479	23,72	5.632	22,8	5.102	21,37	6.004	21,75	5.843	20,62	5.362	19,63
<b>25 a 29</b>	4.527	19,6	4.917	19,9	4.870	20,4	5.524	20,01	5.550	19,58	5.207	19,07
<b>30 a 39</b>	6.508	28,17	6.841	27,7	6.751	28,28	7.803	28,26	8.219	29	8.089	29,62
<b>40 a 49</b>	4.482	19,4	4.866	19,7	4.732	19,82	5.301	29,1	5.487	19,36	5.468	20,02
<b>50 a 64</b>	1.787	7,73	1.988	8,04	2.051	8,59	2.550	9,23	2.754	9,71	2.723	9,97
<b>65 ou mais</b>	43	0,19	56	0,27	55	0,23	77	0,27	88	0,31	96	0,35
<b>Total</b>	<b>23.099</b>	<b>100</b>	<b>24.706</b>	<b>100</b>	<b>23.870</b>	<b>100</b>	<b>27.606</b>	<b>100</b>	<b>28.341</b>	<b>100</b>	<b>27.303</b>	<b>100</b>
Faixa Etária	2013		2014		2015		2016		2017			
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%		
<b>10 a 14</b>	9	0,03	5	0,01	6	0,02	2	0,009	1	0,005		
<b>15 a 17</b>	365	1,32	330	1,25	225	0,99	201	1,004	197	1,006		
<b>18 a 24</b>	5.167	18,69	4.359	16,58	3.308	14,62	2.527	12,62	2.313	11,81		
<b>25 a 29</b>	4.963	17,95	4.641	17,65	3.821	16,88	3.283	16,4	3.122	15,94		
<b>30 a 39</b>	8.309	30,05	8.029	30,54	7.080	31,28	6.497	32,46	6.496	33,18		
<b>40 a 49</b>	5.678	20,53	5.598	21,29	4.989	22,04	4.516	11,56	4.510	23,04		
<b>50 a 64</b>	3.050	11,03	3.190	12,13	3.057	13,5	2.842	14,2	2.779	14,19		
<b>65 ou mais</b>	109	0,39	135	0,51	145	0,64	144	0,72	156	0,79		
<b>Total</b>	<b>27.650</b>	<b>100</b>	<b>26.287</b>	<b>100</b>	<b>22.631</b>	<b>100</b>	<b>20.012</b>	<b>100</b>	<b>19.574</b>	<b>100</b>		

Fonte de dados: RAIS / PDET / ME. Elaborado pela autora.

De acordo com os dados da RAIS a faixa etária predominante entre as trabalhadoras do sexo feminino na Indústria de Transformação em Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017 foi a de 30 a 39 anos, cuja abrange cerca de 29,87%, percentual extraído através da média do período. Em seguida, ganha destaque a faixa etária de 40 a 49 anos, atingindo os 20,63% do total de trabalhadoras deste setor. As faixas de 18 a 24 e 25 a 29, seguem de forma empatada, atingindo as médias de 18,56% e 18,49% respectivamente. As trabalhadoras que possuem entre 50 e 64 representam apenas 10,76 % dos vínculos, após estas surgem as que possuem entre 15 e 17 anos que refletem 1,23%. Por fim, as faixas etárias extremas de 65 ou mais anos são 0,42% do total e de 10 a 14 anos são apenas 0,017%.

A Figura 1 traz a quantidade de vínculos formais de trabalho na Indústria de transformação por faixa etária e gênero no ano de 2017.

Figura 1 - Vínculos formais da Indústria de Transformação por faixa etária e gênero (Caxias do Sul, 2017)



Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Conforme a RAIS, comparando homens e mulheres, nota-se que a faixa etária em evidência é basicamente a mesma, ou seja, de 30 a 39 anos. Em seguida, surgem os trabalhadores de 40 a 49 anos, assim como os de 25 a 29 e os extremos da tabela, representados por jovens e idosos são minoria. Estes dados apontam que

o perfil etário masculino segue os mesmos padrões que o feminino, incluindo os percentuais, tendo variação mínima nestes.

A Tabela 8 exhibe a participação feminina na Indústria de Transformação de Caxias do Sul por meio da jornada de trabalho, no período de 2007 e 2017.

Tabela 8 - Participação feminina (% de vínculos) por jornada de trabalho por horas semanais na Indústria de Transformação (Caxias do Sul, 2007 a 2017)

Jornada de Trabalho	Participação Feminina (% dos vínculos)										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Até 12 horas</b>	0,16	0,12	0,12	0,08	0,08	0,1	0,14	0,15	0,18	0,2	0,12
<b>13 a 15 horas</b>	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,05	0,04	0,04	0,03	0,04	0,03
<b>16 a 20 horas</b>	0,26	0,34	0,26	0,25	0,34	0,41	0,58	0,63	0,59	0,9	0,68
<b>21 a 30 horas</b>	2,06	2,45	2,38	2,27	2,52	2,65	2,8	3,22	3,32	3,26	3,55
<b>31 a 40 horas</b>	2,38	2,25	2,44	2,95	4,89	2,75	3,28	4,9	6,31	4,66	3,98
<b>41 a 44 horas</b>	95,09	94,79	94,75	94,39	94,15	94,00	93,13	91,03	89,55	91,23	91,61
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

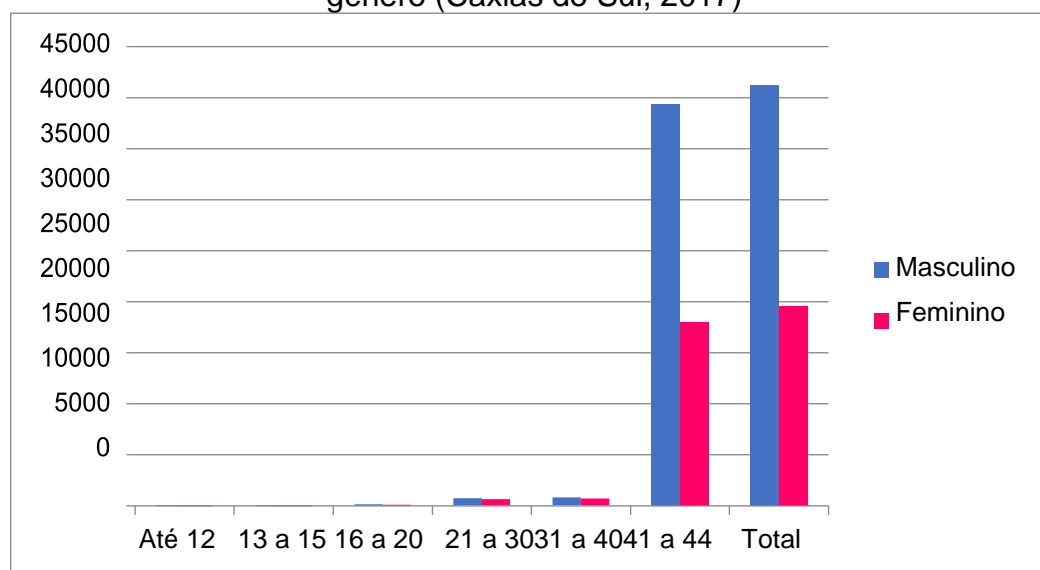
Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Os dados apresentados expõem que mais de 90% das mulheres que trabalham na Indústria de transformação trabalham entre 41 e 44 horas semanais. A média do período girou em torno de 93,06%. Os períodos acima de 44 horas semanais não somaram registros, pois o artigo 58 da CLT define que a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada não deve exceder 8 horas diárias ou 44 horas semanais.

As demais faixas horárias são minoria no setor, sendo 3,70% de 31 a 40 horas e 2,77% de 21 a 30 horas. A carga horária equivalente a 20 horas ou menos são próximas de zero e basicamente representadas por jovens aprendizes.

A Figura 2 aborda os vínculos da Indústria de transformação através da jornada de trabalho e do gênero no ano de 2017.

Figura 2 - Vínculos formais da Indústria de Transformação por jornada de trabalho e gênero (Caxias do Sul, 2017)



Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Assim como as mulheres, os homens deste setor em sua maioria também trabalham de 41 a 44 horas semanais. E de forma extremamente reduzida nas demais faixas horárias. Sendo que a menor parcela de trabalhadores no ano de 2017 abrange o período de 13 a 15 horas, somando somente 10 indivíduos, quando abordados ambos os gêneros.

A Tabela 9 demonstra a participação das mulheres na Indústria de Transformação de Caxias do Sul por meio da remuneração.

Tabela 9 - Participação feminina (% dos vínculos) por faixa de remuneração na Indústria de Transformação (Caxias do Sul, 2007 a 2017)

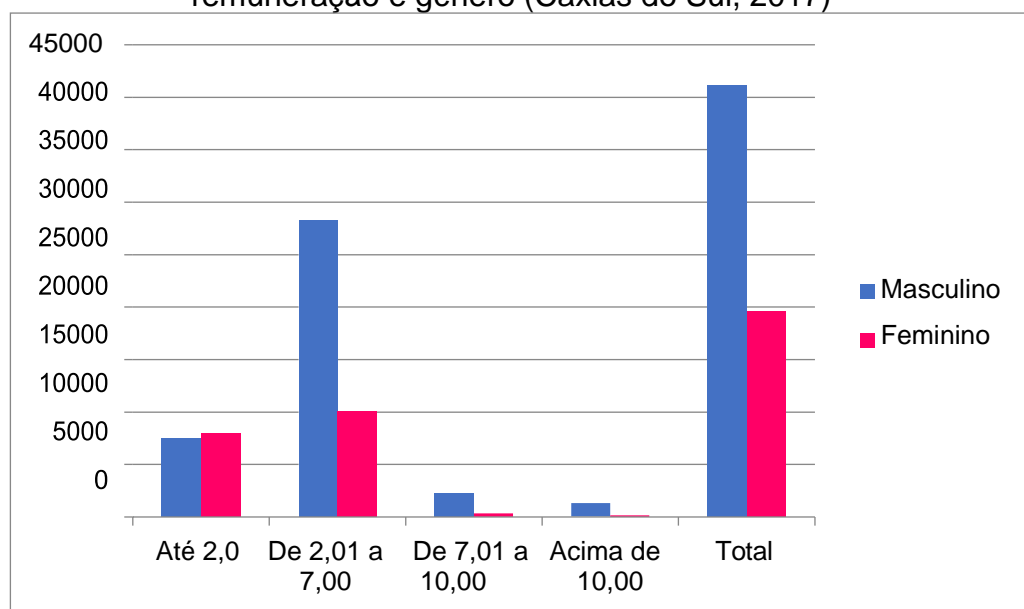
Remuneração (s.m.)	Participação feminina (% dos vínculos)										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Até 2,0</b>	47,91	44,76	49,52	43,64	40,96	44,52	40,82	37,49	38,07	39,74	43,01
<b>De 2,01 a 7,00</b>	48,63	51,59	47,46	53,29	55,76	52,47	56,06	59,24	58,73	57,60	54,30
<b>De 7,01 a 10,00</b>	2,12	2,31	1,95	1,91	1,98	1,92	2,00	2,09	2,06	2,10	1,86
<b>Acima de 10,00</b>	1,34	1,33	1,07	1,16	1,30	1,09	1,13	1,18	1,14	0,96	0,83
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados percebe-se que mais da metade das mulheres que trabalham na Indústria de Transformação ganham entre 2,01 e 7 salários mínimos. As que ganham até 2 são aproximadamente 42,73% desta parcela. As faixas salariais acima dos 7 salários mínimos ficam entre 1% e 2%, sendo assim, quanto maior o salário, menor a quantidade de mulheres atingidas por ele, evidenciando o fato de que a Indústria de Transformação, de maneira geral, não remunera de forma eficiente as mulheres.

Já a Figura 3 apresenta a média salarial na Indústria de Transformação entre homens e mulheres no ano de 2017.

Figura 3 - Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por faixa de remuneração e gênero (Caxias do Sul, 2017)



Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Quando comparados as mulheres, os homens também atingem em maioria a faixa salarial de 2,01 a 7,00 salários mínimos, com um percentual inclusive maior que o de mulheres, chegando a mais de 70%. Demonstrando assim que a Indústria costuma destinar melhores salários aos homens, levando em consideração que o percentual de mulheres que ganham até 2 salários mínimos, é o dobro do de homens, enquanto que uma faixa salarial acima, a parcela de homens é quase 20% maior que a de mulheres. E nas faixas salariais mais elevadas o percentual de homens chega a ser de 3 a 4 vezes maior que o percentual de mulheres.

A Tabela 10 apresenta a participação feminina na Indústria de Transformação através do nível de escolaridade.



Tabela 10 - Participação feminina na Indústria de Transformação por nível de escolaridade (Caxias do Sul, 2007 a 2017)

(continua)

Nível de Escolaridade	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Analfabeto</b>	29	0,12	28	0,11	19	0,07	25	0,09	22	0,07	24	0,08
<b>Até 5ª Incompleto</b>	265	1,14	266	1,07	344	1,44	434	1,57	387	1,36	371	1,35
<b>5ª Completo Fundamental</b>	679	2,93	664	2,68	665	2,78	788	2,85	605	2,13	560	2,05
<b>6ª a 9ª Fundamental</b>	3470	15,02	3573	14,46	3084	12,91	3125	11,32	3116	10,99	2869	10,5
<b>Fundamental Completo</b>	5501	23,81	5652	22,87	4959	20,77	5656	20,48	5756	20,3	5448	19,95
<b>Médio Incompleto</b>	2464	10,66	2697	10,91	2442	10,23	2663	9,64	2784	9,82	2618	9,58
<b>Médio Completo</b>	7461	32,3	8248	33,38	8370	35,064	10347	37,48	10966	38,69	10622	38,9
<b>Superior Incompleto</b>	1854	8,02	2061	8,34	2400	10,05	2677	9,69	2615	9,22	2516	9,21
<b>Superior Completo</b>	1355	5,86	1489	6,02	1548	6,48	1852	6,7	2050	7,23	2237	8,19
<b>Mestrado</b>	17	0,07	23	0,09	31	0,12	31	0,11	32	0,11	32	0,11
<b>Doutorado</b>	4	0,01	5	0,02	8	0,03	8	0,02	8	0,02	6	0,02
<b>Total</b>	<b>23.099</b>	<b>100</b>	<b>24.706</b>	<b>100</b>	<b>23.870</b>	<b>100</b>	<b>27.606</b>	<b>100</b>	<b>28.341</b>	<b>100</b>	<b>27.303</b>	<b>100</b>

Nível de Escolaridade	2013		2014		2015		2016		2017	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Analfabeto</b>	32	0,11	34	0,12	31	0,13	15	0,07	14	0,07
<b>Até 5ª Incompleto</b>	464	1,67	379	1,44	325	1,43	214	1,06	198	1,01
<b>5ª Completo Fundamental</b>	511	1,84	442	1,68	392	1,73	276	1,37	246	1,25
<b>6ª a 9ª Fundamental</b>	2755	9,96	2533	9,63	2109	9,31	1556	7,77	1374	7,01
<b>Fundamental Completo</b>	5283	19,1	4873	18,53	4128	18,24	3054	15,26	2831	14,46
<b>Médio Incompleto</b>	2715	9,81	2549	9,69	2041	9,01	1638	8,18	1632	8,33
<b>Médio Completo</b>	10826	39,15	10309	39,21	9007	39,79	7917	39,56	8875	45,34
<b>Superior Incompleto</b>	2543	9,19	2467	9,38	2119	9,36	1891	9,44	1802	9,2

(conclusão)

Nível de Escolaridade	2013		2014		2015		2016		2017	
	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%	Vínc.	%
<b>Superior Completo</b>	2479	8,96	2645	10,06	2412	10,65	3376	16,86	2523	12,88
<b>Mestrado</b>	38	0,13	52	0,19	63	0,27	72	0,35	76	0,38
<b>Doutorado</b>	4	0,01	4	0,01	4	0,01	3	0,014	3	0,015
<b>Total</b>	<b>27.650</b>	<b>100</b>	<b>26.287</b>	<b>100</b>	<b>22.631</b>	<b>100</b>	<b>20.012</b>	<b>100</b>	<b>19.574</b>	<b>100</b>

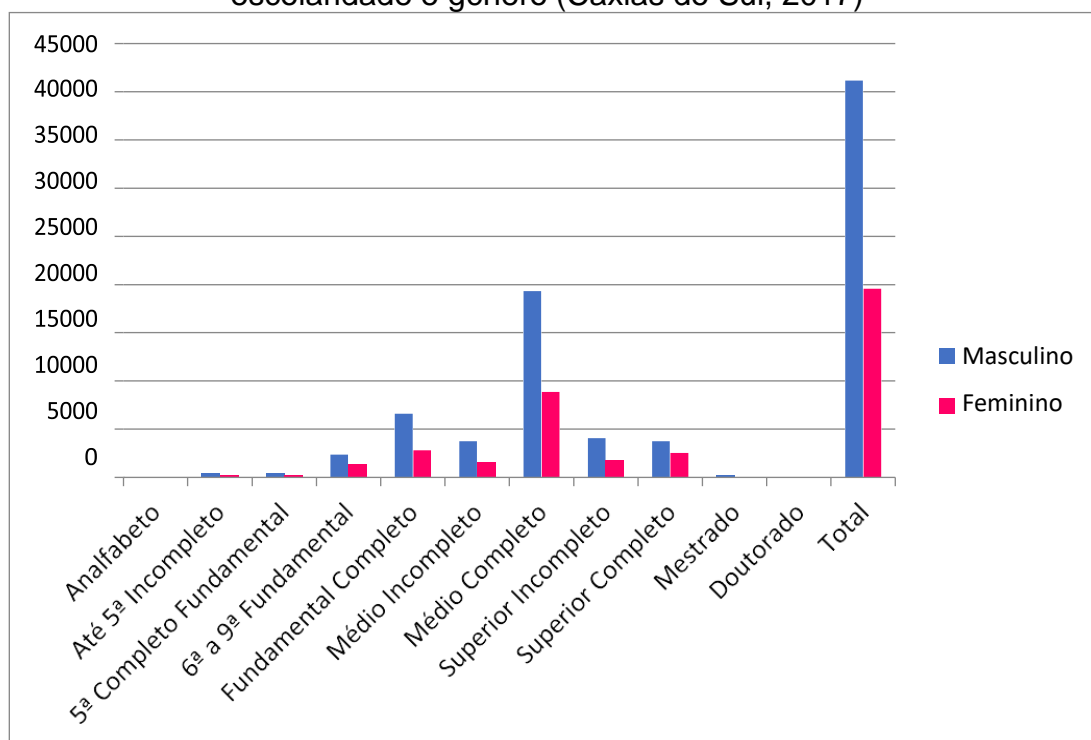
Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Os dados da RAIS apontam que a maior parte das trabalhadoras da Indústria de Transformação possui o Ensino Médio completo, sendo estas 38,07% do percentual. Seguidas pelas que possuem o Fundamental Completo, que são 19,43% dos vínculos. O Fundamental Incompleto chega à 14,23%, considerando as mulheres que atingiram algum nível de escolaridade desta faixa.

As que obtêm o Médio Incompleto e Superior Completo ou Incompleto apresentaram médias aproximadas, representam cerca de 9% dos vínculos cada uma. Embora o número de mulheres que possuem Superior Completo tenha aumentado quase 50% entre 2007 e 2017, o percentual não foi suficiente para liderar as médias do período. As trabalhadoras analfabetas ou que possuem mestrado e doutorado são extrema minoria, evidenciando que no município o grau de escolaridade é médio, as mulheres que possuem escolaridade elevada ou nenhuma escolaridade, são minimamente representadas.

A Figura 4 aponta os trabalhadores da Indústria de Transformação por nível de escolaridade e gênero.

Figura 4 - Vínculos formais de trabalho Indústria de Transformação por nível de escolaridade e gênero (Caxias do Sul, 2017)



Fonte: RAIS/PDET/ME. Elaborado pela autora.

Aproximadamente metade dos homens que trabalham na Indústria de Transformação, assim como as mulheres, possui o Ensino Médio Completo. É relevante ressaltar que este nível de escolaridade é um dos requisitos de algumas empresas para a contratação de funcionários da planta fabril. O Fundamental Completo surge em seguida em ambos os gêneros, sucessivo a este, o Superior Completo e Incompleto. Embora no ano de 2017 a taxa de mulheres com superior completo, tenha superado a de homens.

Nos demais níveis de escolaridade as taxas seguem próximas para ambos, exceto pelo fato de que o número de homens que possuíam mestrado e doutorado no ano analisado, era de 3 a 7 vezes maior que o número de mulheres com o mesmo grau de instrução. Dados do Censo 2010 do IBGE apontam que a escolaridade feminina tem crescido, porém observa-se que em Caxias do Sul esse fator é observado somente em níveis de Graduação básico, os níveis mais elevados perderam vínculos no período analisado, entretanto sem grandes alterações.

Embora o objetivo principal de estudo do capítulo tenha sido a Indústria de Transformação, identifica-se por meio dos dados apresentados que os setores que abrangem de forma eficiente a mão-de obra feminina do município de Caxias do Sul são a Administração Pública, os Serviços e o Comércio. A Indústria de Transformação ocupa a quarta posição nos percentuais de participação feminina, ficando a frente apenas da Agropecuária, Construção Civil, Serviços Industriais de Utilidade Pública e da Indústria Extrativa Mineral. Setores estes que são culturalmente dominados pela mão-de-obra masculina.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi elaborado com o propósito de projetar o perfil da mulher que trabalha na Indústria de Transformação de Caxias do Sul entre os anos de 2007 e 2017, para que o objetivo fosse atingido, foram abordados os teóricos que em seus estudos e definições, trouxeram o tema evidenciado.

O trabalho se fez presente desde os primórdios da humanidade. Porém, o auge de seu desenvolvimento foi a partir do surgimento das máquinas e a consequente divisão trabalhista que estas trouxeram. No âmbito mundial as mulheres sempre estiveram envolvidas com o trabalho auxiliando nas propriedades rurais, porém sem a devida remuneração. Todavia com os avanços tecnológicos e a consolidação do capitalismo, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Assim o advento feminino ao mercado formal foi estimulado pelas duas grandes guerras mundiais, onde indústrias sofreram defasagem de mão-de-obra masculina e as mulheres tornaram-se responsáveis pelas obrigações financeiras de sua família. Dadas estas circunstâncias, observa-se que as hipóteses secundárias do trabalho foram validadas.

A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro ganhou ênfase na década de 70, quando a mulher passou a complementar a renda familiar, ao mesmo que este caminho a permitiu alcançar oportunidades e direitos que a determinaram como mão-de-obra essencial. Embora ainda haja a necessidade de que seu trabalho seja devidamente reconhecido.

Diante do exposto, o presente trabalho analisou possíveis explicações históricas para as diferenças existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho. As mulheres são historicamente responsáveis pelos direitos atribuídos a elas, pois estas buscam carreiras que as desafiam e as estimulam, cursando o rumo de sua própria história.

A participação feminina no mercado de trabalho de Caxias do Sul ocorreu posteriormente ao desenvolvimento econômico da cidade, conhecida como um dos principais polos industriais do país. O setor industrial que até a primeira metade do século XX era formado exclusivamente por homens, foi conquistado e cedeu cerca de 30% de sua força de trabalho para as mulheres.

Mediante estas informações, foi constatado que o subsetor da Indústria de Transformação que mais contrata mulheres é a Indústria Química, assim como que a

faixa etária predominante entre estas trabalhadoras é de 30 a 39 anos. Estas mulheres, em sua maioria, trabalham de 41 a 44 horas semanais e são remuneradas de 2,01 a 7 salários mínimos. Referente ao nível de escolaridade, o Ensino Médio Completo configura de forma majoritária entre as trabalhadoras da Indústria de Transformação do município.

De acordo com a hipótese principal de que a maioria das mulheres que trabalham na Indústria de Transformação de Caxias do Sul são escolarizadas e possuem mão-de-obra qualificada, observa-se que a mesma foi validada parcialmente, considerando que estas trabalhadoras possuem níveis de escolaridade e qualificação médios. Quando abordados os níveis superiores de qualificação, a média do período não ultrapassa os 9%.

Quando comparadas aos homens, verificou-se que estes representam mais da metade da mão-de-obra do setor e que os mesmos majoritariamente trabalham a mesma quantidade de horas que as mulheres e são representados em sua maioria pela mesma faixa etária de 30 a 39 anos. Em relação a escolaridade, o nível masculino ressaltado também foi o Ensino Médio Completo, embora nos níveis superiores de destaque, como mestrado e doutorado, a quantidade de homens é significativamente maior que a de mulheres.

Entretanto, em relação a remuneração, a parcela de homens que ganha entre 2,01 e 7 salários mínimos é quase 20% maior que a parcela de mulheres. Assim como nas faixas salariais acima de 10 salários mínimos, o número de homens chega a ser 4 vezes maior. Estes indicadores validam a hipótese de que as mulheres, embora desenvolvendo as mesmas funções, em geral recebem menos que os homens.

A discussão sobre a participação feminina no mercado de trabalho é inteiramente relevante e merece cada vez mais atenção. Além de representarem grande parte da população e da força de trabalho, o público feminino tem muito a oferecer em competência prática e nível de formação. Sugerem-se estudos futuros nesta área para acompanhar a constante evolução destas no mercado, incluindo dados como raça, os demais setores da economia e até mesmo abrangendo um período superior ao estudado.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. – 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANHA, M.L. **História da Educação**. 2.ed. rev. Atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, A. M., **A mulher e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr Editora Ltda., 1995.

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452: Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

BOCK, S. D. **Orientação profissional: abordagem sócio-histórica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Ltr, 1995.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. São Paulo: Ática, 2003.

CABRAL, Márcia Regina. **Análise histórica da participação da mulher no mundo do trabalho**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/analise-historica-mulher-mundo-trabalho.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade**. Campinas, v.21, número especial, p.831-851, dez. 2012.

CAXIAS DO SUL, Prefeitura Municipal de. **Colonização**. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/cidade/colonizacao>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL, Prefeitura Municipal de. **Industrialização**. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/cidade/industrializacao>>. Acesso em: 20 ago.2019.

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de Trabalho: conceitos, definições, funcionamento e estatísticas básicas para o Brasil**. In: Manual de Economia / Amaury Patrick Gremaud... [et al].; organizadores Diva Benedives Pinto, Marco Antonio S. de Vasconcellos e Rudinei Toneto Jr.. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FERNANDES, Reynaldo; FELÍCIO, Fabiana de. O ingresso de esposas na força de trabalho como resposta ao desemprego dos maridos: uma avaliação para o Brasil metropolitano. In: CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES FILHO, Naércio Aquino de (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: Ltr, 2002. Cap. 3. p. 79-96.

FREITAS, Eduardo. **Setor Secundário**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/setor-secundario.htm>>. Acesso em: 24 set. 2019.

GALEAZZI, Irene M. S.; GARCIA, Lúcia; DRIEMEIER, Maria Munhoz. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. In: GALEAZZI, Irene M. S. (Ed.). **Mulher e Trabalho: Publicação Especial do Convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED - RMPA)**. 3. ed. Porto Alegre: Fee, 2001. Cap. 1. p. 9-35.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul: UCS/EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Lorraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das Relações de Trabalho. Pós-Graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p: 45-70.



GOMES, A. F. **O outro no trabalho: mulher e gestão.** Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 1-9, julho/setembro, 2005.

GUNTER, Weimer. As cidades da colonização italiana no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul. In: GIRON, Lorraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R.F. (Orgs). **Caxias Centenária.** Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

HERÉDIA, Vânia B.M; MACHADO, Maria C.A. **Cem anos de história: Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul.** Caxias do Sul: Maneco, 2001.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A economia imigrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Lorraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R.F. (Orgs). **Caxias Centenária.** Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **A história de muitas histórias: a força do empresário na cidade e na cultura.** Caxias do Sul: Belas-Letras, 2014.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Trancoso. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002.** Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio-agosto 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27.mai. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego (Metodologia Antiga).** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme%20met2.shtm>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comissão Nacional de Classificação.** Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=C&tipo=cnae&versao=2&view=secao>>. Acesso em: 23 set. 2019.

JOÃO, Sidnei Máximo. **O trabalho e o direito da mulher.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

KURZAWA, LUCIANE LIMA PERES. **O Papel da Mulher na Gestão Pública.** Artigo. 2003. Disponível em: <<http://arq.sefaz.ms.gov.br/age/artigostec/artigoluciane.pdf> >. Acesso em: 31 mai. 2019.

LIMA, Evellyn Caroline Santos. **Indústria de Transformação.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/industria-de-transformacao/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul.**

Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MACHEL, Samora. **A libertação da mulher**. 3. ed. São Paulo: Global, 1979. 142 p.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MINAYO, M.C.S. **O Conceito de Metodologia de Pesquisa**. In: \_\_\_\_.(org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

OFFE, C. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia?** RBCS. v. 4, n. 10, p.6-20, jun. 1989. OLIVEIRA, Carlos Roberto. **História do trabalho**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

OLIVEIRA, C. A. B. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. In: *Economia e Trabalho: textos básicos/ Marco Antonio de Oliveira (Org).* – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2003.

OST, S. Mulher e mercado de trabalho. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XII, n. 64, maio 2009.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENA, Rodolfo Alves. **Setor Secundário**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/economia/setor-secundario.htm>>. Acesso em: 24 set. 2019.

PEREIRA, Andréa Renê. **Evolução do trabalho e o trabalho em tempos globalizados**. 2018. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/andrearenepereira.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PRIORE, M. Del. (org) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. PRIORE, M. D.; BASSNEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary del.

História das Mulheres no Brasil. 7. Ed. São Paulo: Unesp, 2004. p. 578-606.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 10 out. 2019.

REIS, Tiago. **Indústria de transformação: o que é e qual sua importância?**. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/industria-de-transformacao/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

RODRIGUES, Jimmy. **Anotações de história de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. (1999). **Growth, Trade and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, Vol.46, nº 1.

SERPA, Nara Cavalcante. **A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero**. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1265896752\\_ARQUIVO\\_ARTIGOR EVISAO.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1265896752_ARQUIVO_ARTIGOR EVISAO.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2019.

SILVA, Wellington Souza. **Mercado de Trabalho**. 2014. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Research methods in physical activity**. 3.ed. Champaign : Human Kinetics, 1996.

TU, Mai Thi (Org.). A mulher na sociedade feudal. In: MACHEL, Samora; LAFARGUE, Paul; KOLLONTAI, Alexandra. **A libertação da mulher**. 3. ed. São Paulo: Global, 1982. Cap. 6. p. 85-123. Tradução de: Olinto Beckerman.